

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia
Campus de Aquidauana

**O ESPAÇO PÚBLICO E A TERRITORIALIDADE DO LAZER
NA ESTÂNCIA TURÍSTICA ILHA SOLTEIRA – SP**

Lilian Aparecida Campos Dourado

AQUIDAUANA – MS
2007

LILIAN APARECIDA CAMPOS DOURADO

**O ESPAÇO PÚBLICO E A TERRITORIALIDADE DO LAZER
NA ESTÂNCIA TURÍSTICA ILHA SOLTEIRA – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação - nível Mestrado - em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edima Aranha Silva

**AQUIDAUANA – MS
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

D739e Dourado, Lilian Aparecida Campos.
O espaço público e a territorialidade do lazer na estância turística Ilha Solteira - SP
/ Lilian Aparecida Campos Dourado. -- Aquidauana, MS : [s.n.], 2007.
189f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus
de Aquidauana, 2007.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edima Aranha Silva.

1. Ilha Solteira, SP. 2. Lazer público (Ilha Solteira, SP). 3. Espaço urbano. 4.
Percepção ambiental – Ilha Solteira, SP. I. Aranha Silva, Edima. II. Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Aquidauana. III. Título.

LILIAN APARECIDA CAMPOS DOURADO

**O ESPAÇO PÚBLICO E A TERRITORIALIDADE DO LAZER
NA ESTÂNCIA TURÍSTICA ILHA SOLTEIRA – SP**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora em:
23 de Março de 2007 e foi considerada Aprovada.

COMISSÃO JULGADORA

Prof^ª. Dr^ª. Edima Aranha Silva

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Cleonice Alexandre Le Boulergat

Membro da banca

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Membro da banca

Ao Edson e à Camila,

*“Dedico esse trabalho a vocês, meus queridos
companheiros de vida, pelo incentivo e
compreensão nessa importante conquista das
nossas vidas”.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a colaboração de várias pessoas às quais eu retribuo com um agradecimento especial:

Cícero e Maria, meus pais, casal que não poupou esforços para criar e educar com dignidade as três filhas que *Deus* lhes confiou.

Luciene e Luciana, minhas queridas irmãs, mulheres admiráveis, amigas que apesar da distância me ajudaram a superar os momentos difíceis.

Edson e Camila, esposo e filha, companheiros de vida, nos momentos alegres e nos tristes, agradeço pela dádiva que é ter vocês como família especialmente pelo amor, carinho e compreensão ofertados em todos instantes, muitas vezes em momentos atribulados em que não pude dar-lhes a devida atenção.

Família Dourado, sogro José, querido “Seu Zé” (*in memoriam*), sogra Dona Eliza, seus filhos com suas famílias. Agradeço a essa família que aprendi a amar, pelas diversas formas de que cada um a sua maneira contribuiu para que eu tivesse êxito nos estudos.

Professores do curso de Geografia da UFMS Três Lagoas e do Mestrado em Geografia UFMS, pelas contribuições ao longo deste trabalho. Especialmente à Professora Doutora Edima Aranha Silva, minha orientadora, pelo incentivo, amizade e paciência ao longo dessa caminhada.

Professor Fernando Braz Tangerino Hernandez da UNESP Ilha Solteira pelo apoio, ensinamentos e amizade ao longo dessa caminhada.

Colegas do mestrado em Geografia, pela amizade conquistada e momentos de descontração e apreensão compartilhados.

Professora Ana Paula e alunos dos cursos de Hotelaria e Turismo da Escola Técnica Estadual Centro Paula Souza, de Ilha Solteira, pelo valioso auxílio nas entrevistas.

CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Professor Milton Augusto Pasquotto Mariani da UFMS – Campus de Corumbá e *Professora Cleonice Alexandre Le Boulergat* da UCDB - Campo Grande, membros da banca do Exame de Qualificação e Defesa, meus sinceros agradecimentos pela valiosa contribuição, vocês com certeza fizeram repensar conceitos e isso tornou a pesquisa ainda mais instigante e proveitosa.

Enfim, a *todos* que de uma forma ou de outra, em diferentes momentos, de algum modo, colaboraram para que este trabalho fosse realizado.

"A cidade: Os modernos quase que completamente esqueceram o verdadeiro sentido desta palavra: a maior parte confunde as construções materiais de uma cidade com a própria cidade e o habitante da cidade com um cidadão. Eles não sabem que as casas constituem a parte material, mas que a verdadeira cidade é formada por cidadãos."

Jean Jacques Rousseau, 1996

Os Geógrafos estão condenados àquilo que o poeta Carlos Drumond de Andrade chamava de "sentimento do mundo". O verdadeiro Geógrafo deverá ser alguém dotado de sensibilidade para captar o espírito do tempo.

Carlos Augusto de F. Monteiro, 2001

RESUMO

Este trabalho resulta de uma pesquisa acerca do espaço público de lazer inserido no espaço urbano de Ilha Solteira - SP, cidade planejada de forma segregada sócio-espacialmente, destinada, a princípio, ao assentamento dos trabalhadores que construíram a usina e a cidade em 1967. Foi emancipada em 1991, e elevada à categoria de Estância Turística devido a seus recursos naturais e paisagísticos, desde o ano 2000. Objetivou-se avaliar e analisar (quali-quantitativamente) o espaço público de lazer urbano da Estância Turística, considerando sua forma e estrutura, bem como a territorialidade e a percepção dos moradores locais. Dessa forma, realizou-se, por meio de revisão bibliográfica e observações in loco, uma análise do espaço público de lazer, como está inserido no cotidiano dos moradores e suas transformações decorrentes da troca de função. É evidente, o pouco cuidado dispensado às modalidades simples e tradicionais de lazer – como as praças – que por não terem o brilho e a sofisticação de outras modalidades criadas para o lazer como os clubes e Shopping Center, e por não resultar em lucro são relegadas ao descaso nas cidades. Considerando que esses espaços de lazer, como as praças, ruas e logradouros são utilizados principalmente por população de baixa renda, isso não é de pouca importância, uma vez que o cotidiano dessa parcela da população, não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania. Por isto, conclui-se que o espaço de lazer com seus equipamentos destinados aos moradores urbanos estão simultaneamente imbricados à divisão social do trabalho. Nessa perspectiva este estudo visa auxiliar planejamento futuro, organização e ou reestruturação desse espaço para que possa se constituir em equipamentos específicos de lazer, contribuir de maneira significativa para uma melhor vivência na cidade, quebrar a monotonia dos blocos de casas, estabelecer pontos de referência e vínculos afetivos, podendo até mesmo aumentar o potencial turístico da cidade.

Palavras-chave: Ilha Solteira; Lazer público; Espaço Urbano; Percepção ambiental.

ABSTRACT

This paper results a research about leisure public space inserted in Ilha Solteira – SP urban space, a planed city in a segregated spatially associated way, at first for settling workers who built the power plant and the city in 1967. It was emancipated in 1991 and has taken to Tour Country Estate due to its natural and environmental resources since 2000. The urban leisure public space of Tour Country Estate is evaluated and analyzed (qualy-quantitatively), considering its shape and structure, as well the territory and the local citizen's perception. Analyzing of leisure public space was made by a bibliographic revision and remark, as it is inserted in the citizens' day and its changes because of the function exchange. It is clear, the little care given to the simple and traditional leisure ways – like the squares – which they are not shine and sophisticated like other ways created for leisure as clubs and malls, and they are not profitable and neglected by cities. Considering these leisure spaces, like squares and streets are used mainly for poor people, it has little importance, once the day of this part of population does not enjoy their citizen rights. Otherwise, it can conclude the leisure space as equipment for urban dwellers are imbricate to social division of work. With this expectation, this study helps how to plan the future, organization, and or reorganization this space for that it can form specific equipments of leisure, contribute in a significative way to live better in the city, stop the monotony of houses, establish reference of places and affective bond, it really can increase the tour power of the city.

Key-words: Ilha Solteira; Public leisure; Urban Space; Environmental perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da cidade de Ilha Solteira dividido em setores de pesquisa.....	28
Figura 2 - Planta Urbana de Ilha Solteira no formato digital editada no AutoCAD	29
Figura 3 - Esquema representativo de espaço e território	57
Figura 4 - Localização de Ilha Solteira no Estado de São Paulo	62
Figura 5 - Vista aérea do Município de Ilha Solteira	63
Figura 6 - Carta Hidrográfica do Município de Ilha Solteira	63
Figura 7 - Obras do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá	67
Figura 8 - Fotografias aéreas de Ilha Solteira em 1968 e 1996	71
Figura 9 - Fotografia aérea de Ilha Solteira (A); Clube SEIS (B); Clube CAIS (C).	74
Figura 10 - Localização das escolas em Ilha Solteira	76
Figura 11 - Fotografia aérea (B); Praias (A); Praia Catarina (D) e Praia Marina (C).	84
Figura 12 - Caracterização da Zona Norte	88
Figura 13 - Caracterização da Zona Sul.....	88
Figura 14 - Casas geminadas: A) Foto aérea e B) No detalhe: uma viela	89
Figura 15 - Mapa do espaço público de lazer em Ilha Solteira – SP.....	97
Figura 16 - Área verde nas ruas Balsas e Carolina	101
Figura 17 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 1.....	103
Figura 18 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 1.....	104
Figura 19 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 2.....	107
Figura 20A - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 2	108
Figura 20B - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 2	109
Figura 21 - Tabuleiro para jogos (A). Tabuleiro depredado (B).....	110
Figura 22 - Aposentados: jogos na praça (A); Jogos na Praça da Integração (B)	113
Figura 23 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 3.....	118
Figura 24 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 3.....	119

Figura 25 - Área verde no setor 3 (A); Espaço delimitado por moradora (B)	121
Figura 26 - Espaço delimitado por morador em área verde do setor 3 (A e B).	122
Figura 27 - Praça do Maçom	122
Figura 28 - Praça Monte Isola	122
Figura 29 - Sistema de lazer: Ruela de terra geral (A); Vista à direita detalhe (B).	125
Figura 30 - Quadra poliesportiva no setor 6: Vista geral (A); Piso coberto por terra (B)	125
Figura 31 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 6.....	126
Figura 32 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 6.....	127
Figura 33 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 7.....	130
Figura 34 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 7.....	131
Figura 35 - Praça Eva Costa	132
Figura 36 - Praça das Crianças.....	132
Figura 37 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 4.....	135
Figura 38 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos do setor 4	136
Figura 39 - Praça das Nações.....	138
Figura 40 - Praça da Bíblia.....	138
Figura 41 - A) Fotografia aérea do Setor; B) Casas nível 6; C) Casas nível 3	141
Figura 42 - Praça Finistau Fava: vista geral (A), em destaque a placa (A e B).....	143
Figura 43 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 5.....	144
Figura 44A - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 5	145
Figura 44B - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 5	146
Figura 45 - Área verde cuidada por morador.....	149
Figura 46 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 8.....	151
Figura 47 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 8.....	152
Figura 48 - Área verde delimitada por morador, no detalhe casa na árvore.	153
Figura 49 - Praça do Cristo	153
Figura 50 - Praça da Rua Canoas.....	154
Figura 51 - Praça Lions Club.....	156

Figura 52 - Mapa da localização dos equipamentos públicos de lazer do setor 9.....	157
Figura 53 - Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 9.....	158
Figura 54 - Gráfico: percepção dos entrevistados em um trajeto na cidade.	164
Figura 55 - Gráfico: nos seus dias de folga, você fica em casa ou sai?.....	166
Figura 56 - Gráfico: quando sai nos dias de folga que lugares você frequenta?.....	167
Figura 57 - Gráfico: você frequenta algum equipamento de lazer público?	168
Figura 58 - Gráfico: o equipamento público de lazer é próximo a sua residência?	169
Figura 59 - Gráfico: você considera esse equipamento adequado para o lazer?	169
Figura 60 - Gráfico: quais motivos que o levam a frequentar o equipamento de lazer?.....	170
Figura 61 - Gráfico: quais pessoas utilizam o equipamento de lazer que você frequenta?.	171
Figura 62 - Gráfico: quem cuida do equipamento de lazer que você frequenta?	172
Figura 63 - Gráfico: o que é necessário melhorar no equipamento de lazer.....	174
Figura 64 - Gráfico: opinião sobre a administração pública dos equipamentos de lazer.....	174
Figura 65 – Gráfico: opinião sobre a revitalização de equipamentos de lazer	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias do espaço público de lazer em Ilha Solteira	96
Tabela 2 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 1.....	100
Tabela 3 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 2.....	106
Tabela 4 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 3.....	117
Tabela 5 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 6.....	124
Tabela 6 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 7.....	129
Tabela 7 – Equipamentos do espaço público de lazer do setor 4.....	134
Tabela 8 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 5.....	142
Tabela 9 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 8.....	150
Tabela 10 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 9.....	155
Tabela 11 – Avaliação dos entrevistados a respeito de alguns itens em Ilha Solteira	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores que interferem na definição de qualidade ambiental urbana.....	49
Quadro 2 - Necessidades associadas à qualidade de vida urbana	52
Quadro 3 - Funções da vegetação no espaço urbano.....	53
Quadro 4 - Perspectiva multidisciplinar a respeito do território e territorialidade.....	59
Quadro 5 - Divisão de moradias no planejamento de Ilha Solteira.	72
Quadro 6 - Problemas vivenciados pelos moradores das casas geminadas	91
Quadro 7 - Estruturação do núcleo urbano de Ilha Solteira	99

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	27
2.1 Caracterização da Pesquisa	27
2.2 Metodologia Quantitativa	28
2.3 Metodologia Qualitativa	30
2.4 Definição da amostragem	30
3 O LAZER E A CIDADE	32
3.1 Reflexões sobre o lazer	33
3.2 Uma leitura a respeito da cidade e o espaço público de lazer	44
3.3 Espaço público de lazer: estrutura, uso e apropriação	54
4 ILHA SOLTEIRA	61
4.1 Aspectos físicos	61
4.2 A cidade de Ilha Solteira: aspectos históricos	64
4.2.1 Projeto, planejamento e construção de Ilha Solteira	65
4.2.2 Da emancipação política, estância turística e capital da cultura	78
4.3 Aspectos urbanos	86
5 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DO LAZER EM ILHA SOLTEIRA	95
5.1 O espaço público e as práticas de lazer em Ilha Solteira	95
5.1.1 O espaço público de lazer na Zona Norte em Ilha Solteira	100
5.1.1.1 Os conjuntos habitacionais no setor 1	100
5.1.1.2 As casas geminadas no Setor 2	105

5.1.1.3 O Setor 3 e as casas geminadas.....	116
5.1.1.4 Jardim Novo Horizonte e CDHU no Setor 6	123
5.1.1.5 Jardim Aeroporto e a recriação do território no Setor 7	128
5.1.2 O espaço público de lazer na Zona Sul	133
5.1.2.1 A heterogeneidade do Setor 4	133
5.1.2.2 A complexidade do Setor 5.....	139
5.1.2.3 O Bairro Morumbi no Setor 8	149
5.1.2.4 O Bairro Santa Catarina no Setor 9	154
5.2 A percepção dos moradores sobre a cidade e o espaço público de lazer	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICE	190
APÊNDICE A) Formulário para levantamento do espaço público de lazer.....	191
APÊNDICE B) Formulário para entrevista	192

1 INTRODUÇÃO

Ilha Solteira localiza-se na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul, no extremo noroeste do Estado de São Paulo, possui uma população de 23.986 habitantes (IBGE, 2000).

Foi planejada e construída pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) simultaneamente à Usina Hidrelétrica de mesmo nome da cidade, a construção do núcleo urbano iniciou-se em 1967 e permaneceu como distrito do município de Pereira Barreto até 1991 quando foi emancipada.

Ilha Solteira é uma cidade compacta, com poucas áreas livres entre as habitações. O planejamento urbano foi estabelecido a partir de um zoneamento habitacional, baseado na existência de seis diferentes categorias funcionais e salariais da CESP, para as quais foram definidos seis tipos de habitação conforme o tamanho do lote e o tipo de residência. A divisão social em Ilha Solteira assumiu uma forma institucionalizada e foi determinante na vida do indivíduo, pois dela decorria, desde o tipo de casa até o local de lazer que poderia ser freqüentado, refletindo na própria estrutura da cidade que teve seu espaço físico definido pela aglomeração dos diferentes tipos de casa (DOURADO, 2004, p. 24-25).

No ano 2000 a cidade foi elevada à categoria de Estância Turística devido a seus recursos naturais e paisagísticos e em 2001, um programa de governo

municipal a intitulou de Capital da Cultura. Hoje, mesmo com o crescimento emergente da cidade, título de Estância Turística e Capital da Cultura, a realidade sócio-espacial segregada, fruto do planejamento inicial, permanece por conta do poder aquisitivo.

Ilha Solteira hoje se volta para o turismo, trata-se de algo novo e complexo para um município de pouca idade que nasceu como acampamento, base para construção de uma Usina da CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo), portanto com um considerável processo de troca de função.

As mudanças explícitas e implícitas em Ilha Solteira impressionam os moradores e visitantes, o planejamento urbano municipal nos dias atuais voltado para o turismo tem se preocupado em melhorar as vias urbanas por onde o turista mais circula, ou seja, as vias principais. O tratamento dado a essas vias é muito diferente do tratamento dado às áreas residenciais por onde dificilmente o turista transitará, as praças nessas áreas são menos estruturadas e esteticamente não dispõem de atrativos, se comparadas às rotatórias da Avenida Brasil, já que essas praças não têm projetos paisagísticos e precisam de reformas urgentes. É evidente a importância da promoção do turismo para o desenvolvimento do município, mas o poder público não deve esquecer da promoção do lazer, pois este envolve ações voltadas diretamente para a população local (DOURADO, 2004, p. 103).

Nesse contexto salienta-se que o turismo na Estância Turística de Ilha Solteira deve receber uma atenção especial, não com o intuito de propiciar uma melhor oferta turística ou captar um maior contingente de turistas, mas sim despertar uma atitude cidadã, em que estão incluídos o lazer e a recreação para seus próprios habitantes. Para tanto, o (re) conhecimento do espaço urbano torna-se

indispensável, especialmente o espaço público de lazer por servir a maior parte da população.

O interesse da Geografia pelo Lazer e o Turismo já não é tão recente, assim como não são mais escassos os estudos realizados por geógrafos sobre esses temas. A esse respeito Cruz (2001) levanta as seguintes questões:

De onde vem esse interesse crescente da Geografia pelo Turismo?¹ Ao menos uma característica intrínseca da prática social do turismo pode nos ajudar a compreender esse fenômeno: o turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço. **Como poderia, então, a Geografia, não se interessar pelos estudos relativos ao Turismo?** A geografia do turismo, não se refere apenas à abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica. A “geografia do turismo” é uma expressão que se refere à dimensão sócio-espacial da prática social do turismo, e isto sim podem interessar às mais diversas áreas do conhecimento.

Nesse contexto, pode-se dizer que o estudo do Turismo pela Geografia pretende captar a dinâmica do espaço turístico mediante a abordagem dos processos sociais, que contribuíram para a formação e articulação desse fenômeno.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 48-50), para captar a dinâmica desse espaço é necessário realizar estudos acerca das categorias: forma, função, estrutura e processo espacial, sendo que:

A **forma**² refere-se ao espaço visível – a paisagem. Dentre as categorias de análise espacial, é o estudo da forma que pretende expressar a “concretude” do espaço. O estudo da **função** pretende decompor o espaço turístico nos seus elementos – oferta, demanda, transporte, infra-estrutura, serviços, gestão e marketing. A análise da **estrutura**, que extrapola o estudo da forma, pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial. O estudo do **processo espacial** objetiva investigar a evolução da estrutura no seu todo ou em suas partes.

¹ Em destaque os questionamentos feitos por Cruz (2001) a respeito do interesse da Geografia pelo Turismo.

² Em destaque as categorias citadas por Rodrigues (2001) para análise da dinâmica do espaço.

Referente à produção do espaço turístico, o turismo pode tanto introduzir no espaço novos elementos, para permitir o desenvolvimento dessa atividade, quanto absorver outros preexistentes do espaço (equipamentos de lazer, infra-estrutura, serviços, etc...) para atender uma nova demanda de uso, ou seja, a demanda turística.

No caso de Ilha Solteira o primeiro atrativo utilizado foi a usina hidrelétrica. Este local era visitado por alunos da rede pública, particular e pessoas de outras localidades (turistas). Devido a grande dimensão do lago, 21 bilhões de m³, de acordo com matéria publicada no Jornal "O Barrageiro" (1974). O lago formado pela barragem e a proximidade com o espaço urbano propiciaram posteriormente a construção de duas praias Marina e Catarina que nos finais de semana atraíam uma grande quantidade de pessoas.

Com o passar dos anos as praias se tornaram mais conhecidas na região, o que aumentou ainda mais o número de visitantes. Esses equipamentos recebem atenção especial do poder público com investimentos em infra-estrutura e serviços. Cabe salientar que nos dias atuais (2006) atividades como festas nos finais de ano, carnaval na praia, entre outros eventos são realizados nas praias.

Segundo Damiani (2002, p. 47) "O turismo e o lazer não são sinônimos; o primeiro, aperfeiçoado, pode tender a se aproximar do segundo; este, de caráter irredutível. [...] O uso preenche de significado o lazer e é vivido como ausência, e ao mesmo tempo, exigência de presença, no consumo determinado pelo turismo".

Em suma, pode-se afirmar, que os equipamentos de lazer só se tornam efetivamente equipamentos de lazer se forem determinados e/ou delimitados pela população local de acordo com suas necessidades, o que implica em apropriação do espaço, sentimento de pertencimento, exercício de territorialidade. Fato esse, que

independe da condição sócio-econômica da população e da valorização do tempo livre no mundo da mercadoria.

A autora em epígrafe salienta que:

O lazer é, também, uma conquista. Nos espaços periféricos mais populares, o caráter de conquista dos lugares é evidente. Dramática e coletivamente eles são conquistados, sendo expressões da identidade irreduzível dos espaços empobrecidos da ação solidária de homens, mulheres e, mesmo, das crianças – as ruas fechadas para a prática de esportes: os bares clandestinos e os campos de futebol nos conjuntos habitacionais programados, sem sua presença: as praças conquistadas, etc (Id., p. 47).

É fato recorrente a “revitalização” ou criação de equipamentos de lazer pelo poder público sem a prévia consulta à população do entorno. Muitas vezes os resultados são desastrosos. Acontece a implantação de praça onde funcionava um campo de futebol, que mesmo em condições precárias atendia aos anseios da população local; demolição de praças antigas com todo seu conjunto de vegetação e equipamentos históricos para construção de praças modernas, entre outras situações.

Nos dias atuais, a administração da Estância Turística Ilha Solteira, investe no turismo, mas carrega os resquícios do passado: a realidade social segregada fruto do planejamento inicial, que permanece por conta do poder aquisitivo. É preciso pensar o turismo, mas, não se pode esquecer o lazer como possibilidade de quebrar a monotonia dos blocos de casas, estabelecer vínculos afetivos, e até mesmo, mas não prioritário, aumentar o potencial turístico da cidade.

Sobre segregação Carlos (1992) escreve: “[...] A desigualdade que pode ser percebida no olhar-se a paisagem é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção capitalista. [...] Essa produção cria uma nova configuração

espacial que é diferenciada, contraditória, que confere valores de uso e segrega a sociedade”.

Yázigi (1996, p. 40), ao discorrer sobre o tema “A personalidade do lugar no planejamento turístico: a busca de uma metodologia” ressalta:

Apesar de estar produzindo um texto para o planejamento do turismo, reconheço que antes de tudo tem de se ter em mente o habitante do lugar independentemente do turismo. Sou da opinião que resolvendo seu cotidiano e este oferecendo algo de diferencial estar-se-á propondo turismo.

Destaca-se ainda, que a urbanização crescente dos dias atuais, onde a população está cada vez mais sufocada em meio ao concreto das cidades em rotinas exaustivas, contribui para o crescimento da busca por atividades prazerosas para preencher o tempo livre.

Jacobi (1998, p.1), escreve: “O acesso ao lazer urbano – parques, praças, hortos, entre outros – e outras formas de contato com a natureza e de combate ao stress são, acima de tudo, uma garantia da preservação da qualidade de vida”.

Dessa forma, o lazer funciona com fonte de equilíbrio em meio à agitação do cotidiano enquanto gera novas fontes econômicas. O turismo é uma das formas de lazer, procurando organizar e planejar o tempo cada vez mais escasso da vida moderna.

O espaço de lazer, com sua diversidade de equipamentos, pode promover o encontro e alegria de pessoas desumanizadas pelo cotidiano na cidade; nas grandes cidades, pode transpor o limite da “cidade das necessidades elementares”, que define as periferias urbanas, ou ser residual à funcionalização dos espaços

urbanos, que caracteriza as concepções e estratégias urbanísticas mundializadas (DAMIANI, 1997).

Em Ilha Solteira pode-se observar essa “funcionalização” por meio do aproveitamento de “pequenos retalhos” do espaço de lazer que são transformados em praças, geralmente localizadas próximas a vias de circulação intensa de veículos, o que somado a ausência de infra-estrutura compromete o uso e conseqüentemente, a possibilidade de encontro e alegria.

Vale lembrar ainda, que Lefebvre (1991) assevera que o direito à cidade só pode ser concebido como direito à vida urbana, transformada, renovada e o direito à natureza deve entrar para a prática social em favor dos lazeres.

Luchiari (2000, p. 37) destaca que o planejamento turístico deve considerar o revitalismo das cidades, não no sentido estrito de uma refuncionalização, mas de uma (re) significação, incluindo aí o tempo e o espaço da vida cotidiana e do lazer, ou seja, dos sujeitos do turismo e dos sujeitos que constroem e habitam a cidade.

É importante ressaltar que isso significa adotar políticas de turismo integradas às de planejamento urbano, que atendam aos interesses da comunidade local e não exclusivamente aos interesses dos turistas.

As administrações públicas municipais nem sempre apresentam eficiência com relação à implantação de seus projetos e o atendimento aos interesses e necessidades da população. Alguns setores do poder público municipal conseguem um resultado satisfatório na execução das ações, porém outros apresentam significativas deficiências e não conseguem agradar a maioria.

No caso da gestão dos espaços de lazer, os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano municipal, deixam a desejar quando não consultam a população local antes de planejar e executar as obras, o que resulta na organização

de espaços que muitas vezes não agradam a população por não disporem de estrutura e atrativos que correspondam aos anseios da mesma.

Ao longo dos estudos referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), com o tema: As praças e a percepção ambiental da população: um estudo do lazer na Estância Turística Ilha Solteira, foi possível constatar que Ilha Solteira traz resquícios da construção feita de modo segregatório, pois há no espaço urbano da construção inicial (maior parte da cidade), uma nítida divisão de classes sociais, que envolve desde o tamanho de moradias; os tipos de serviços disponíveis; a espacialização de áreas verdes até a forma de consumo do espaço de lazer.

Considerando que os setores da cidade onde se concentram moradias destinadas às pessoas de classe social de nível mais elevado, apesar de terem pouca ou nenhuma praça, têm muitas áreas verdes com tratamento paisagístico e várias destas áreas desempenham funções de praças. Já os setores que concentram residências para pessoas de classe social mais baixa contam com mais praças, mas isto não se configura como grande vantagem, porque nessas áreas concentram um grande número de pessoas e as praças na maioria das vezes se constituem nas únicas áreas livres e foram construídas sem planejamento, não dispõem de infra-estrutura e tratamento paisagístico necessários.

Ressalta-se, ainda, que pelo fato de Ilha Solteira tornar-se Estância Turística, há uma grande demanda por equipamentos urbanos, por parte dos turistas e dos moradores locais.

Diante do exposto e com base nos dados apurados na Monografia vimos a necessidade de ampliar a pesquisa, de estudo das praças, que são equipamentos, para um estudo do espaço público de lazer destinado aos moradores da cidade e aos turistas, o que possibilitou o estudo de outros equipamentos como: largos,

recantos, parques, campos de futebol, praças, áreas verdes, jardins, praias, etc. cujo estudo pode possibilitar melhor planejamento de futuras ações do poder público, uma vez que foi constatado que a prefeitura municipal não tem dados atuais referentes a temática.

Nos últimos anos, o lazer tem desempenhado um papel fundamental para a economia e qualidade de vida da sociedade. O turista procura por espaços que possam oferecer atrativos dos mais variados tipos, o que possibilita ao turismo movimentar enormes somas de recursos e um grande fluxo de pessoas. Sendo assim, os recursos ambientais interagem com o lazer, a cultura e a saúde da população local, o que torna primordial a adoção de medidas para manutenção do equilíbrio das condições ambientais, para que a qualidade de vida das gerações seja preservada e incrementada como um direito fundamental de todos.

Cabe aos municípios, em suas políticas públicas, promover a criação de equipamentos de lazer destinados à comunidade, tais como parques e áreas verdes, os quais devem ser preservados e administrados de maneira adequada. O lazer é um fator fundamental na qualidade de vida das pessoas e é um compromisso dos gestores públicos encarregados de conduzir o processo de formulação de políticas, que venham ao encontro das aspirações da população.

Nesse contexto, realça-se a importância de se estudar o espaço público de lazer em uma Estância Turística, no caso Ilha Solteira. Sob os seguintes questionamentos: Como está estruturado o espaço de lazer público em Ilha Solteira? Quais são os territórios delimitados nesse espaço? Qual é a territorialidade manifestada pela população nesses espaços? Qual é a percepção que a população tem da cidade e do lazer público?

Destaca-se a importância de que estas questões precisam ser pensadas à partir do contexto peculiar da área de estudo, ou seja, uma cidade planejada, de forma sócio-espacial segregada, e que o espaço público de lazer se insere no tecido urbano de uma cidade que vivencia uma nova função, o turismo.

Objetivou-se avaliar e analisar (quali-quantitativamente) o espaço público de lazer urbano da Estância Turística, considerando sua forma e estrutura, bem como a territorialidade e a percepção dos moradores locais.

Pretende-se, também, a fim de alcançar o objetivo geral, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Quantificar e qualificar os equipamentos urbanos de lazer e turismo, bem como em que setores da cidade os mesmos estão inseridos.

Além da quanti-qualificação dos equipamentos urbanos destinados ao lazer, bem como em quais setores da cidade os mesmos estão inseridos, propõe-se também alcançar as seguintes metas:

- Analisar e retratar a vivência e uso destes equipamentos, de acordo com a percepção da população.
- Identificar o sentimento topofílico da população de Ilha Solteira em relação à cidade e ao espaço público de lazer.
- Correlacionar por meio de números, gráficos e mapas a distribuição dos equipamentos no espaço público de lazer, a aglomeração de residências por setor e como está inserida a população neste contexto.

E ao término da pesquisa, pretende-se, divulgar os resultados obtidos, para os órgãos públicos e população pesquisada, na tentativa de contribuir para o futuro planejamento urbano da cidade de Ilha Solteira, com destaque para os equipamentos urbanos de lazer.

Apresenta-se aqui a estrutura do trabalho:

A parte 1 consiste na introdução do trabalho, e é composta pela apresentação do tema em estudo, motivação da pesquisa, formulação do problema, descrição dos objetivos e estrutura do trabalho.

Os procedimentos metodológicos, os quais são iniciados pela caracterização da pesquisa científica, a especificação do seu caráter quantitativo e qualitativo, processo de coleta de dados e entrevistas compõem a parte 2.

Na parte 3 apresenta-se a concepção teórica acerca da cidade e o espaço de lazer.

Enquanto que na parte 4 apresenta-se a história e o espaço físico de Ilha Solteira.

A parte 5 do trabalho compreende o Espaço público de lazer em Ilha Solteira com o resultado da tabulação e análise quali-quantitativa dos dados obtidos.

E por fim, as considerações e sugestões tanto para o poder público como para trabalhos futuros, por meio de análise entre o problema e os objetivos da pesquisa e seus resultados.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa emprega dados bibliográficos históricos de Ilha Solteira, fornecidos pela CESP e Prefeitura Municipal, além de revisão de bibliografias de autores que trabalham com conceitos pertinentes ao tema da pesquisa.

Para desenvolver o tema proposto foram adotadas duas bases metodológicas, sendo uma quantitativa e outra qualitativa a serem trabalhadas sob a planta urbana (escala 1:5.000) impressa fornecida pela prefeitura municipal e no formato digital fornecida pela Universidade Estadual Paulista UNESP Ilha Solteira.

Como já mencionado, a cidade cresceu a partir da divisão feita pela CESP de acordo com o cargo que o funcionário ocupava na empresa.

Com base na estrutura da cidade composta por moradias decorrentes do padrão inicial e bairros novos construídos em seu entorno, utilizou-se a divisão do espaço urbano em 9 setores, elaborada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Figura 1), de acordo com a homogeneidade existente em cada setor, na tentativa de retratar a diferença entre os setores. A partir dessa divisão organizou-se a

aplicação da metodologia quantitativa e posteriormente a qualitativa como descrito nos tópicos a seguir.



LEGENDA: Relação dos setores componentes da pesquisa

1 COHAB	6 Jardim Novo Horizonte	8 Jardim Morumbi
2, 3, 4 e 5 Construção inicial	7 Jardim Aeroporto	9 Jardim Santa Catarina

Figura 1 - Mapa da cidade de Ilha Solteira dividido em setores de pesquisa

Fonte: Prefeitura Municipal e Polícia Militar de S. P., organizado por Lilian Ap. C. Dourado, 2006

2.2 Metodologia Quantitativa

Entende-se por aspectos quantitativos no meio urbano os aspectos da realidade urbana que podem ser quantificáveis, como, densidades, superfícies, estruturas, equipamentos, entre outros, sendo utilizados para levantar o espaço físico da cidade (LAMAS, 2000, p. 44).

Por meio da planta no formato digital trabalhada no software Auto Cad 2000 (Figura 2), foi possível espacializar e delimitar as áreas dos equipamentos que compõem o espaço público de lazer, e através de saídas à campo realizou-se o reconhecimento.

Para realizar esse levantamento, utilizou-se ainda, com adaptações, a base metodológica proposta por De Angelis e Angelis Neto (1999, p. 946) que consiste na elaboração de formulários para coleta de dados e análise para posterior diagnóstico (ver APÊNDICE A).

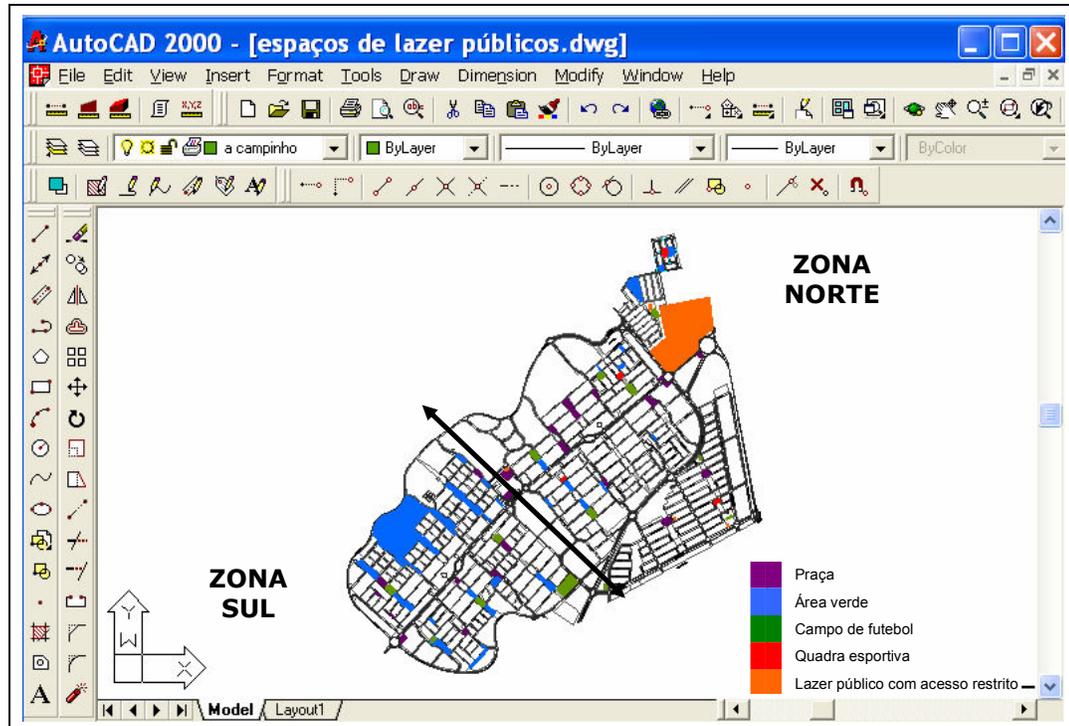


Figura 2 - Planta Urbana de Ilha Solteira no formato digital editada no AutoCAD

Fonte: Base cartográfica da UNESP Ilha Solteira. Edição: Lilian Ap. C. Dourado, 2006

Foram coletadas ainda informações a respeito do uso e percepção dos lugares com as pessoas que se encontravam nos equipamentos durante a visita.

É importante ressaltar que não estava previsto nessa etapa da pesquisa fazer entrevistas, devido ao caráter quantitativo e não qualitativo proposto nesse primeiro momento, mas durante a coleta de dados, quantitativos por meio do formulário (APÊNDICE A), às pessoas que se encontravam nos locais visitados, interessadas em saber a respeito do por que da pesquisa, anotações e registro fotográfico começavam a contar a respeito de sua vivência e anseios com relação àquele

espaço. Essas informações foram anotadas e por julgá-las importantes na compreensão desses equipamentos, optou-se por inseri-las na pesquisa. O que se tornou o início para a segunda etapa que compreende a metodologia qualitativa.

2.3 Metodologia Qualitativa

A pesquisa qualitativa envolveu a obtenção por meio de entrevista, ou seja, contato direto do pesquisador com a situação estudada, e se preocupou em retratar a percepção dos entrevistados referente ao espaço pesquisado. Mediante as entrevistas, que se basearam em um roteiro (ANEXO B) composto por questões fechadas e abertas, puderam-se obter dados que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões a respeito da cidade e dos equipamentos que compõem o espaço público de lazer.

2.4 Definição da amostragem

O tamanho da amostra foi decidido a partir do resultado obtido com a metodologia quantitativa, ou seja, o levantamento dos equipamentos no espaço público de lazer da cidade. Foram entrevistados dois a três moradores escolhidos aleatoriamente nas proximidades dos 89 equipamentos públicos de lazer levantados na pesquisa quantitativa, num total de 236 entrevistados.

Além das questões pré-formuladas, o entrevistado teve a oportunidade de acrescentar outras informações que julgasse importante. Para melhor caracterizar o espaço pesquisado se utilizou também de imagens fotográficas e verificações “in loco”. Após a coleta das informações, os dados foram sistematizados na forma de

banco de dados utilizando o software Excel e representados sob a forma de quadros e gráficos, para construção de mapas temáticos se utilizou os softwares Corel Draw e Auto Cad.

3 O LAZER E A CIDADE

Este capítulo é resultado de uma revisão bibliográfica acerca da linha conceitual utilizada no estudo do espaço de lazer urbano, especialmente o lazer público à partir da análise do tema e a área de estudo escolhida para realizar essa pesquisa. Ilha Solteira é uma cidade que foi planejada de forma segregada sócio-espacialmente, com fins de assentar os diversos tipos e categorias de trabalhadores da Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

Optou-se por uma análise do modo de produção capitalista e o trabalho, para tentar compreender as transformações na sociedade, mais especificamente as relacionadas com o lazer, como surgiu e se transformou ao longo do tempo.

O fato dessa pesquisa tratar-se de um estudo do espaço público de lazer em uma cidade, mais precisamente uma Estância Turística, considerou-se necessário fazer uma revisão bibliográfica que servisse como base para pesquisa do espaço urbano e que permitisse entender o espaço público de lazer inserido nesse contexto.

Realizou-se ainda um estudo acerca do espaço público de lazer, como este espaço está estruturado fisicamente e é utilizado pela população.

3.1 Reflexões sobre o lazer³

Nos primórdios, as forças produtivas do homem eram voltadas para sua sobrevivência, no contexto histórico, os benefícios da atividade produtiva eram usufruídos diretamente por quem executava as atividades e os seus entes. Quando se começou a produzir certo excedente em relação às necessidades de mera sobrevivência, ocorreram mudanças nas relações entre os homens. Aconteceu a divisão da sociedade em classes e foram criadas novas relações que não apareciam como algo estranho, mas como uma nova necessidade do homem.

O capitalismo, nesse contexto de mudança, correspondeu à criação pelo homem de um sistema de exploração do seu semelhante, ou seja, quem acumulou o excedente (dono do capital) dominava os demais, por meio do trabalho.

O trabalho antes voltado à mera sobrevivência, deu lugar à produção em larga escala onde o homem que não detinha os meios de produção vendia sua força de trabalho a quem possuía o capital (meios de produção), e para adquirir os produtos necessários para sua sobrevivência ele tinha que comprar as mercadorias que produzia.

Dessa forma o homem deixou de ser o agente principal da produção para se tornar “coisa” que deve acompanhar o ritmo das máquinas. Tudo isto foi legitimado em nome do “progresso”, do mito de que os sacrifícios seriam compensados por uma vida em abundância “para todos” no futuro. Parte-se do princípio que é preciso trabalhar muito para se conseguir uma vida confortável. Assim postula Carlos (1988, p.34):

³ (DOURADO & ARANHA SILVA, 2006).

O processo de produção do humano e da história universal é pontuado de contradições, avanços e recuos, ganhos e perdas. A evolução produz o embrutecimento. O desenvolvimento das forças produtivas nega as potencialidades libertadoras do homem tornando-o máquina.

Dessa maneira, se vive de um modo contraditório, trabalha-se cada vez mais e de modo mais exaustivo, afim de se ter mais tempo e dinheiro para o lazer e uma vida mais confortável com a aquisição de novos bens, como casas, carro, aparelhos eletro eletrônicos, etc.

Nesse contexto o homem produz e transforma, mas o resultado dessas ações não lhe parece uma realização de seu próprio trabalho, e sim uma abstração, onde tudo é trocado ou vendido, o dinheiro determina a sobrevivência e morte do homem na Terra.

Além disso, a preservação desse sistema faz o homem agir de forma egocêntrica sobre o mundo em que vive, em uma eterna disputa com seus semelhantes.

Carlos (1988, p. 26) escreve: “A essência da nova sociedade fundamenta-se na redefinição das relações produtivas entre os homens, agora baseada na busca da riqueza pela riqueza”.

Alguns estudiosos adicionam ainda a essa relação conflituosa do homem com o trabalho, ou melhor, com a exploração do trabalho, a carga negativa das origens da palavra trabalho, tida no passado como castigo e tortura.

Na Bíblia, o que é conhecido hoje como trabalho é colocado como castigo, como pode se observar no trecho em que Deus expulsa Adão e Eva do paraíso:

“Ele disse, porque ouviste a voz da mulher e comeste da árvore, cujo fruto eu proibi comer, amaldiçoado será a terra por tua causa, com o suor do teu rosto tirarás dela o alimento durante toda a vida” (Gênesis 3,17).

A palavra trabalho, na sua etimologia é retratada como algo degradante para o homem, à luz dos dizeres bíblicos pode-se entender o trabalho, como expiação dos pecados e purificação perante Deus.

De acordo com Heidemann (2003, p.06):

As atividades transformadoras e metabólicas da relação dos seres vivos com a natureza eram concretas e integradas a necessidade de trocar, valorizar e acumular o que obrigou a recorrer ao “tripalium”, instrumento de tortura que deu origem ao termo trabalho.

O trabalho se modificou ao longo da história, no princípio o homem “trabalhava” para obter alimentos, supria suas necessidades face ao primitivismo de sua vida. Com o tempo percebeu que poderia colocar outras pessoas para realizar o trabalho, então passou a escravizar e mais recentemente a remunerar pessoas para realização das atividades laborais.

Para Antunes (1999, p.76), deixando de lado o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada.

A exploração do trabalho em larga escala teve início no processo da industrialização, utilizando-se de um grande contingente de mão-de-obra pouco qualificada, na sua maioria trabalhadores “expulsos” do campo, que não estavam preparados para enfrentar a rotina do trabalho na indústria.

Os processos produtivos, como o Taylorismo e o Fordismo, levaram à fragmentação e especialização do trabalho para obtenção de maior produtividade.

Essa organização consistia basicamente em um adestramento do trabalhador para realização das tarefas de forma mecânica e padronizada, de tal maneira que a habilidade tornou-se sinônimo de repetição rápida, com margem mínima de erros, gestos predeterminados e fixos, o que ocasionaram muitos problemas devido ao tratamento desumano a que eram submetidos os trabalhadores.

Diante das conseqüências negativas advindas desses processos, o modo de produção capitalista teve que buscar novos meios de exploração do trabalho que permitissem o crescimento do capital com altos ganhos em produtividade “respeitando” as “capacidades humanas”, antes degradadas.

Dessa forma, o trabalho “seria” uma possibilidade do ser humano ter condições de existir socialmente o que equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade, com direito a alimentação, moradia, saúde, educação e outros bens.

Ao estudar a evolução do trabalho, pode-se notar que ocorrem mudanças na maneira de reproduzir a força de trabalho, sem que se perca o grande objetivo do modo de produção capitalista, ou seja, a ampliação do capital. Isto significa dizer que cada vez mais a força de trabalho é moldada para atender aos interesses do capital.

Ao pensar essas “mudanças” à luz do início do processo de industrialização, são possíveis constatar que “preocupações” com a satisfação do trabalhador, melhoria na qualidade do ambiente de trabalho e horas de lazer para o trabalhador, mesmo que com intenções dúbias, como se vê na atualidade, eram inexistentes e até mesmo inconcebíveis.

Assim sendo, essas “preocupações” são momentos dúbios que têm origem na mesma lógica, ou seja, na lógica do aumento da produção e reprodução do capital,

determinados por novas necessidades que se apóiam na qualidade e rapidez do processo produtivo, exigindo novas formas de organização do trabalho que atendam a realidade atual.

No caso do lazer, verifica-se que num primeiro momento ele é tido para o sistema de produção capitalista como uma opção de minimizar os danos físicos e psíquicos, causados aos trabalhadores em decorrência da carga excessiva de trabalho, e em um segundo momento, aparece como uma rentável fonte de acumulação de lucro e capital por meio da transformação do “lazer” em mercadoria.

O lazer na sociedade capitalista é uma das possibilidades de uso do tempo livre de trabalho, tempo este que o trabalhador dispõe para cumprir necessidades como dormir, comer, descansar ou se divertir e dessa forma repor suas energias para uma nova jornada de trabalho.

Segundo Paiva (1995, p.10), “O lazer diz respeito àquele tempo de que dispomos para fazer qualquer coisa que nos agrada, até mesmo não fazer nada”. Para Dumazedier (1976, p.34 apud PAIVA 1995, p.11) o lazer é definido como:

O conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

De acordo com Hourdin (1970, p. 61 apud BACAL, 1988, p. 73) os filósofos modernos dão agora à palavra *loisir* a origem etimológica de *licet*, que quer dizer, o que é permitido. Este termo aproxima-se da noção de licença, bem como da de férias, por oposição ao trabalho.

Mascarenhas (2001 apud NORMANHA et al 2005) expõe a imbricada relação construída pela ciência entre lazer, trabalho e ócio, tratadas pelo autor como relações mal entendidas. A noção de ócio é confundida com a de lazer em várias abordagens.

Segundo Franzini (2003, p. 3) Algumas pessoas confundem o termo ócio como o termo lazer. É preciso estabelecer que o ócio tem um caráter que diz respeito apenas à não existência do trabalho. É diferente do lazer, na concepção de Dumazedier (1999 apud FRANZINI, 2003, p. 3): “o lazer não é ociosidade, não supre o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho”.

Em análise das idéias desenvolvidas por Sebastian de Grazia no livro “Tiempo, trabajo y ócio” Brunhs (2002, p. 21) resgata a seguinte reflexão do autor:

Ócio é o estado de estar livre da necessidade de estar ocupado. Isto inclui a isenção da necessidade de trabalhar, como também de toda atividade como o caráter e necessidade, porém da qual nos liberaríamos como prazer. Novamente aqui, explica o autor, parece que nos aproximamos do conceito moderno de lazer como tempo no qual uma pessoa pode fazer o que lhe apetece, talvez um tempo para diversão ou recreio. Porém, quando Aristóteles emprega a palavra “ocupação” exclui a idéia de “fazer o que apetece”, pois uma “ocupação” é uma atividade que persegue um fim e este não fosse necessária, a atividade não existiria. Nenhuma ocupação, portanto pode ser ócio, o qual não pode estar relacionado com nenhuma ocupação. A diversão e o recreio são necessários à causa do trabalho. Não são fins em si mesmos, apesar de possibilitarem a escolha individual atrelada à condição de vida dos sujeitos envolvidos. Damo-nos a diversão como descanso, mas o fim de estar ocupado deveria ser unicamente o de conseguir o ócio, ou seja, estar envolvido com algo desejável em si. Na *Ética*, Aristóteles diz: “Cansar-se de trabalhar para divertir-se parece tolo e profundamente infantil”.

Como aponta De Grazia (apud BRUNHS, 2002, p. 21) “A diversão e o recreio são necessários à causa do trabalho”. Nesse sentido, o conceito de lazer vem sendo

ao longo da história da humanidade associado à idéia de prazer que é permitido em algum instante.

O desenvolvimento tecnológico propiciou o controle sobre as pessoas, principalmente por meio dos meios de comunicação de massa, instrumentos importantes na manutenção do sistema capitalista. Uma vez que esses meios proporcionam uma intensa exposição de mercadorias a serem consumidas, “ditam a moda” e criam necessidades de consumo nas pessoas. Lefebvre (1991, p.115), ressalta:

A publicidade, destinada a suscitar o consumo de bens torna-se o primeiro dos bens de consumo. Ela produz mitos, ou melhor, não produzindo nada, apodera-se dos mitos anteriores. Ela drena os dignificantes em direção a um duplo objetivo: oferecê-los tais quais ao consumo geral e estimular o consumo determinado de uma coisa. Assim, ela recupera os mitos: o mito do Sorriso (a felicidade de consumir identificada com a felicidade imaginária daquela ou daquele que mostra o objeto a ser consumido), o mito da Apresentação (o ato social que torna presentes os objetos).

Assim, os homens perdem sua individualidade e autonomia sobre o que usar e o que adquirir, ou até mesmo como se divertir, essa capacidade de decisão se limita na maioria das vezes ao que “está na moda”, ou seja, aquilo que o sistema capitalista oferece para ser consumido.

Não poderia acontecer diferente com o lazer, uma vez que este também tem sido apropriado pelo sistema. Lazer na sociedade capitalista significa consumo e não descanso, ou seja, o lazer é necessário para o sistema capitalista enquanto consumo. Carlos (2001) ressalta que:

O lugar da identificação, criado através da familiaridade pode ser cada vez mais definido fora do bairro, em função do esvaziamento da vida cotidiana no bairro, reforçado pela tendência a criação de lugares de lazer privados ou semi-públicos que substituem o lugar da

rua, da praça, do comércio local. O mundo do lazer, cooptado pelo mundo da mercadoria invade e reestrutura o tempo / modo do lazer. [...] O cidadão reduzido à condição de usuário evidencia e caracteriza o momento da reprodução espacial do espaço em que o valor de uso cede cada vez mais lugar ao valor de troca.

Um bom exemplo de como o lazer se tornou sinônimo de consumo é o Shopping Center, um espaço criado e destinado a proporcionar momentos de lazer e diversão para toda a família, onde as pessoas podem encontrar “tudo” o que procuram: alimentação, diversão, produtos e serviços diversificados, enfim inúmeras opções de consumo tanto de produtos, quanto de serviços.

É evidente que esse tipo de “opção de lazer”, criada pelo sistema capitalista, não é destinada a todos, mas a poucos, em especial a uma pequena parcela da população que possui condições financeiras de pagar para desfrutar desse tipo de espaço em seus momentos de lazer, com suas opções de produtos e serviços oferecidos “em segurança”, sem serem incomodados por pedintes, mendigos ou outros intrusos.

Para Carlos (2003):

[...] o uso produtivo do espaço (o espaço enquanto condição da reprodução econômica) se impõe sobre o improdutivo, aquela da vida cotidiana (isto é, as possibilidades de realização da apropriação dos lugares da vida, sem a mediação do mercado). A dinâmica espacial da atividade econômica em curso, que desconcentra a indústria da metrópole, trazendo ao lado do crescimento e importância do setor financeiro e de serviços modernos, as atividades voltadas ao setor de turismo, lazer, cultura, etc produz contradições.

Outro exemplo dessa transformação advinda do sistema capitalista se deu no espaço praça, esse equipamento público de lazer é um dos “equipamentos” urbanos que foi perdendo suas características ao longo do tempo.

Cidades pequenas geralmente têm uma única praça que se torna palco de festas, reuniões, encontros e desencontros, articulação política, enfim, para se saber notícias sobre o andamento na cidade basta fazer um passeio pela praça, logo se encontrará alguém disposto a dispensar algum tempo para colocar a conversa em dia (DOURADO, 2004).

Segundo LLorca (1997, p. 3 apud De ANGELIS & ANGELIS NETO 1999, p. 941) “As praças são as mãos de uma cidade. Lugar de encontro, ou promessa de encontrar. Esta palavra – que provém do latim PLATEA, e esta do grego PLATY’S - resume o sentido da Ágora grega e do fórum romano: o espaço do público, da reunião”.

Nas cidades pequenas, como é o caso de Ilha Solteira, a praça ainda é o local onde se encontram amigos, compadres, comadres, crianças, jovens e nem tão jovens assim, em qualquer hora do dia alguém faz uso do espaço. Seja para descansar, passear com a família, praticar alguma atividade, como ler ou jogar dominó com os amigos, brincar, ter contato com a natureza, aliviar as tensões do dia-a-dia ou para simplesmente fugir da solidão (DOURADO, 2004).

Nas cidades médias e grandes a praça já não tem o mesmo significado, nessas cidades as praças existem em número maior, e não têm a mesma riqueza de significado. Esses equipamentos não têm a mesma função, encontram-se em cruzamento de via pública de grande movimento, próximos de área de comércio servindo de estacionamento e em precárias condições de conservação.

Outro fator marcante é a violência, a prostituição que invadiu a praça e expulsou os moradores, que também por outros fatores, como novas tecnologias, seja televisão, vídeo cassete, DVD, seja o acesso à Internet, entre outras, cada vez mais se distanciam da vida em comunidade, de espaços coletivos e se enclausuram

no âmbito do lar. A esse respeito Aranha Silva (2004, p. 56) escreve: “Em tempos modernos e inovações tecnológicas em escala global e *on-line*, reorganizam-se as relações de trabalho, as relações familiares, as relações de amor e de amizade, e também os lazeres”.

Rodrigues (1998, p.12) salienta que:

Vivemos uma realidade travestida. O cotidiano é marcado cada vez mais pelo enclausuramento, pelo recolhimento. Desaparece a rua como *locus* da sociabilidade, da mesma forma que desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, desaparece também o lugar, entendido por Milton Santos como o “acontecer solidário da vida cotidiana”.

O que corrobora com Carlos (2001):

O bairro que se apoiava numa rede de significados se esvazia decompondo o tempo e limitando os espaços da casa e da rua. O umbral da porta passa a ser o novo limite, as pessoas estão mais dentro de casa, não há gente nem crianças nos pequenos jardins, há insegurança. Antes as pessoas se encontravam nas compras, nas calçadas agora afundam no mundo da vida privada.

Em casa, a TV transforma radicalmente a relação entre pessoas de uma mesma família, ninguém mais se fala entre si. O que fez com que Millôr Fernandes, muito convenientemente, definisse família como: “pessoas que têm a chave do mesmo lugar” (CARLOS, 1997, p. 201).

A esse respeito, Yurgel (1983, p. 63-64), escreveu:

Com os meios de comunicação em massa, especialmente a televisão, os espaços destinados à recreação vão se resumindo, confinando-se aos limites da habitação, a qual não oferece por si mesma muito mais que a função de abrigo. A televisão, como outros meios de comunicação (com suas simulações de situações para o processo de estimular o consumo em todos os níveis ao engolir o tempo livre), destrói a necessidade do espaço organizado. As cidades se ossificam, esqueletizam-se.

O modo de produção capitalista tornou o homem um prisioneiro, até mesmo em suas horas de descanso, uma vez que nessas horas o consumo continua, seja no enclausuramento do lar, com todo aparato tecnológico moderno (TV, DVD, PC...) ou no consumo de equipamentos de lazer privados criados especialmente pelo sistema. Oliveira Neto (2005, p. 39-40) no estudo “A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho”, utiliza a referida rua para analisar a mudança de função do espaço:

Durante as décadas de 1950/60, era justamente após o encerramento das atividades do comércio que a 14 de Julho tornava-se mais agitada, praticamente tomada pelos jovens que a pé circulavam no *footing*, caminhando pelos seus bares, no trajeto entre os cinemas da Rua Dom Aquino e da Avenida Afonso Pena, em busca dos encontros, das conversas, ou seja, dos contatos sociais. Hoje, após o fechamento das lojas comerciais, ela torna-se completamente vazia, sem bares, sem cinemas e, conseqüentemente, sem pedestres e com pouco trânsito de veículos, situação imposta, ao mesmo tempo, pelo estabelecimento de outros locais onde essa sociabilidade se realiza, como shoppings e parques e pela criação de outras formas de sociabilidade, como a Internet, por exemplo.

A lógica da rentabilidade é desprovida de qualquer conteúdo sensível; o que decorre diretamente do fetiche da mercadoria, do valor-de-troca abstrato que é independente de qualquer conteúdo sensível da mercadoria. Produtos inúteis são inventados, necessidades artificiais são fomentadas pela publicidade, tudo para manter a engrenagem fetichista girando. Os espaços se tornam cada vez mais funcionais, as cidades se transformam em meros corredores de passagens de pessoas e mercadorias. O próprio lazer se transforma em tempo de consumo.

É evidente, o pouco cuidado dispensado às modalidades simples e tradicionais de lazer (ex. praça), que por não terem o brilho, a sofisticação de outras modalidades criadas para o lazer (shopping center) e por não resultarem em lucro são relegadas ao descaso nas cidades.

A análise mais profunda do uso do tempo livre e dessas formas de lazer (sem custo para população) permite perceber que sua dinâmica de uso ou saudosismo de uso, está ligada a fatores que vão muito além da mera necessidade de reposição das forças após o trabalho, representa antes de qualquer coisa, uma oportunidade de entretenimento e encontro, o exercício da sociabilidade.

Considerando que essas modalidades de lazer como as praças e ruas são utilizadas principalmente por população de baixa renda, isso não é de pouca importância, uma vez que o cotidiano dessa parcela da população, não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania.

3.2 Uma leitura a respeito da cidade e o espaço público de lazer

Após a reflexão acerca do lazer procurou-se informações e entendimentos ao objeto de estudo: “O espaço público de lazer em Ilha Solteira”. Para tanto foi preciso entender o que é público e buscar referenciais para análise desse espaço no urbano.

O termo público tem variados significados. Para Barretto (1999, p. 38) esse conceito está associado ao conceito *estatal*, gerido pelo Estado (Governo), nacional, estadual, municipal e também está associado ao uso público, das pessoas em geral, portanto de *uso coletivo*.

Lunardelli (2005, p. 451) ressalta que:

O artigo 99 do Código Civil classifica os bens públicos em três categorias que são: I – os bens de uso comum do povo (rios, ruas e praças); II – os bens de uso especial (edifícios ou terrenos

destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial, inclusive os de suas autarquias) e III os dominicais (que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público). Os bens de uso comum são aqueles que, por sua natureza ou determinação legal, podem ser utilizados por todos os indivíduos da coletividade em igualdade de condições e que não podem ou deveriam ser submetidos à fruição privativa de alguém, excluindo os demais membros da coletividade. O Estado é titular destes bens porque ninguém pode lhes adquirir o domínio.

Destaca-se que a definição adotada de espaço público, mais especificamente o de lazer, objeto desta pesquisa, é a de espaço de uso coletivo, gratuito e administrado pelo poder público, ou seja, o município. Portanto no caso de Ilha Solteira, esse espaço compreende equipamentos como: praças, campos de futebol, quadras e áreas verdes.

Nesse contexto a teorização sobre a cidade e o espaço público de lazer baseou-se em vários autores. Muitos textos e livros contribuíram direta ou indiretamente para organização das idéias desenvolvidas ao longo do trabalho sob o fio condutor proposto por Sposito (2001, p. 78-80): “Uma observação mais acurada pode levar à identificação e à reflexão sobre as condições de vida nas cidades capitalistas, sejam elas grandes ou pequenas”.

A autora propõe uma excursão pela cidade, onde mais do que olhar a paisagem urbana, é preciso ver como está sendo utilizado este espaço urbano, onde estão localizadas as atividades econômicas – o espaço da produção e como estão distribuídas as áreas residenciais e de lazer – o espaço da nossa reprodução.

Destaca ainda, que é importante verificar de que forma estão distribuídos os equipamentos, a infra-estrutura e os serviços urbanos, para constatar se eles estão concentrados nas áreas onde moram mais pessoas. A questão ambiental vai comparecer como algo a ser estudado, porque a degradação de que tanto se fala

nas áreas urbanas, tem a ver com a forma como o espaço é produzido e consumido no capitalismo.

O mapeamento destas informações e observações acerca do assunto permitem uma visão de como está sendo utilizado o espaço urbano, as diferentes formas de uso e, sobretudo, a maneira como os seus habitantes, de acordo com suas condições de classe social, utilizam este espaço e têm acesso às benfeitorias construídas pelo trabalho social acumulado durante anos (SPOSITO, 2001).

A respeito da necessidade de construção de um “modo possível de pensar a cidade”, por meio da Geografia, Carlos (2004, p.7) escreve:

Parte-se do pressuposto de que as relações sociais se realizam, concretamente, na forma de relações espaciais – constituindo-se ao mesmo tempo em prática. Nesta direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação. Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela enquanto condição, meio e produto da ação humana – pelo uso -, ao longo do tempo. Este sentido aponta a superação da idéia de cidade considerada com simples localização dos fenômenos, para revelá-la na condição de sentido da vida humana em todas as suas dimensões, - de um lado enquanto acumulação de tempos, nas de outro enquanto possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim a cidade-obra se realiza enquanto lugar do possível – aberta para o futuro.

O ponto de partida é a análise da vida cotidiana, enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se dele, dominando-o. A autora destaca que apropriação e dominação se separam no mundo moderno, entram em conflito; a dominação ganha o conteúdo das estratégias políticas que produzem o espaço da coação, à medida que a apropriação se realiza enquanto prática criativa em luta contra a norma (CARLOS, 2004).

Para Santos (1994, p.38): “O cotidiano é essa quinta dimensão do espaço e por isso deve ser objeto de interesse dos Geógrafos, a quem cabe forjar os instrumentos correspondentes de análise”.

A vida cotidiana como conceito refere-se aos conteúdos da vida na modernidade, os quais seguem sendo transformados pelas tecnologias do cotidiano e por elas modulados, caracterizando uma maneira de viver ou um modo de vida regido pela lógica da mercadoria. A vida cotidiana tende a erigir-se em sistema sobre os desencontros dos modos de vida como os meios de vida (suportes materiais da existência) face uma equação de valores que totaliza o tempo como momentos de trabalho, de lazer e da família (SEABRA, 2004).

Nesse contexto, a cidade é o conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes. Todo lugar é produto social, e, portanto espacialidade, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e de identificação. No mesmo espaço cruzam-se diferentes tempos como, por exemplo, o do trabalho e do lazer. A paisagem urbana tem impressos tempos passados, as marcas do território são memórias de outros tempos e outras espacialidades (SALGUEIRO, 2003).

Pensar as cidades como uma mescla de espacialidades e de temporalidades é reconhecer que o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação. Isto porque o que nos interessa é o tempo social, e este só faz sentido quando relacionado ao espaço (ABREU, 2003).

A respeito do significado de espacialidade Santos (1988, p. 73) esclarece que:

O espaço é resultado da soma e da síntese, sempre refeita da paisagem com a sociedade através da espacialidade. [...] A espacialidade seria o momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. A espacialização não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço para se realizar.

Pode-se dizer que o intenso e incansável processo de produção e reprodução humanas se materializa concretamente no espaço geográfico, e é apreendido na paisagem através de uma série de elementos: construções; vias de comunicação; cheios e vazios; etc. Portanto, percebidos e apreendidos em sua manifestação formal: a paisagem (CARLOS, 1992).

O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. À medida que a sociedade sofre mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções e se cria uma nova organização espacial que se reflete na paisagem. Santos (1988, p. 72) salienta que: “A paisagem é a materialização de um instante da sociedade e o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. [...] O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço complementam-se e se opõem”.

Para melhor gestão dos espaços, especialmente nesse caso o de lazer, é imprescindível o estudo da percepção ambiental aliado ao conhecimento da paisagem. Visto que o processo de urbanização crescente dos dias atuais, onde a população está cada vez mais sufocada em meio ao concreto das cidades em rotinas exaustivas, o lazer, funciona como fonte de equilíbrio em meio à agitação do cotidiano, e dessa forma pode melhorar a qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Cutter (1985 apud RIBEIRO & VARGAS 2001, p.15), o conceito qualidade de vida: propõe o uso de indicadores de três ordens: sociais,

ambientais e perceptivos. [...] Acredita-se que as avaliações de qualidade de vida devam iniciar-se pela caracterização do ambiente urbano.

Ainda de acordo com Ribeiro & Vargas (2001, p. 18) os principais fatores que interferem na maneira como se define qualidade ambiental urbana, podem ser agrupados em quatro categorias: “espaciais, biológicas, sociais e econômicas”, sendo elas representadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Fatores que interferem na definição de qualidade ambiental urbana

Espaciais	Bem – estar: vegetação, espaços abertos, tranqüilidade Acessibilidade: sistema viário, transporte Desenho urbano: elementos visuais, monotonia , informação Referenciais: orientação , história, marcos Uso/ocupação do Solo: densidades, conflito de usos, segregação
Biológicas	Saúde Física: saneamento, insolação, ruídos qualidade do ar Saúde Mental: estresse , congestionamentos, solidão, reclamações Segurança: trânsito, edificações , marginalidade
Sociais	Organização: comunitária, de classe, associações Realização pessoal: amizade , afeto, reconhecimento Contatos: encontros , privacidade, solidariedade Atividades: lazer recreação , cultura, compras Realização profissional: mobilidade, oportunidades Acesso e opções: moradia, trabalho, serviços urbanos , transporte
Econômicas	Oportunidades: emprego, trabalho, negócios Problemas da aglomeração: trânsito, custo de vida, competição Diversidade: escolhas

Em destaque os fatores diretamente relacionados ao tema deste trabalho
Fonte: Ribeiro & Vargas (2001, p. 19).

A paisagem urbana também pode ser considerada um espaço para o lazer passivo e contemplativo; na locomoção diária entre o local de trabalho ou estudo e o domicílio, percorrer a cidade pode ser tornar uma experiência agradável para os sentidos, com a valorização do verde e das atividades ao ar livre.

Por meio de um objeto, o homem representa uma imagem relativa ao ambiente que o circunda. As evidências das pesquisas realizadas dentro da

percepção com relação às imagens ambientais apresentam estudos de relevância, os quais estão fundamentados em princípios de estudos psicológicos aplicados à Geografia.

A introdução da percepção da população na Geografia é utilizada para avaliar o uso e vivência das pessoas relacionadas a um determinado espaço.

Uma das partes mais importantes para o desenvolvimento de uma relação ambiental é o senso de lugar caracterizado. Para expressar essa relação Tuan (1980, p.5) criou o termo topofilia que significa para ele: “O elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

De acordo com Tuan (1980, p.6) as relações ambientais entre o homem e o ambiente constituem a atitude que ele define como uma postura cultural, uma postura que se toma em relação ao mundo. “Duas pessoas não vêem a mesma realidade, nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente”.

Rodrigues (1985, p. 31-32) ao escrever sobre as obras “Topofilia” e “Espaço e Lugar” de Tuan destaca que:

Esse autor, através de uma perspectiva humanística ‘procura entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar’. Toda sua obra é permeada pela indagação: ‘De que maneira as pessoas se tornam emocionalmente envolvidas com um lugar?’. Para isso valoriza muito as técnicas de trabalho de campo que objetivam a observação detalhada do comportamento individual e coletivo das pessoas no seu meio.

No espaço urbano há uma grande tendência ao não comprometimento ambiental e paisagístico por parte do poder público com relação ao espaço público de lazer, uma vez que o lazer urbano está cada vez mais circunscrito à espaços comerciais, como shopping centers que hoje desempenham o papel antes desempenhado pelas praças, ou seja, local de encontro e socialização.

A respeito do discurso planejador Carlos (2004, p. 114) ressalta que:

Nas estratégias dos “planos” o uso da cidade é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades e deste modo aparece separadamente, na cidade, a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas, como àquela do morar, do trabalho e do lazer. A partir daí busca-se uma solução técnica. A idéia do uso presente no planejamento da cidade reduz a cidade ao seu nível funcional. Essa simplificação decorre do fato de que se pensa a cidade apenas enquanto meio físico, teatro da atividade econômica e, portanto, lugar a ser ordenada pelo planejamento para viabilizar essas necessidades.

Nesse contexto Souza (2004, p. 77) assevera que: As particularidades do meio urbano, em matéria de densidade populacional, freqüência de interações, formas espaciais e diversidade populacional, diversidade e complexidade das relações sociais, no entanto, sugerem a conveniência de uma reflexão voltada especificamente para o ambiente citadino. O autor aponta como referência para estudos e debates em torno da definição de parâmetros de qualidade de vida os itens dispostos no quadro 2:

É importante destacar que esses parâmetros são importantes em estudos referentes ao espaço urbano, no caso desta pesquisa o espaço de lazer público inserido no urbano, mas eles precisam ser analisados a partir da realidade local no caso, Ilha Solteira, com suas particularidades e sua espacialização. Com destaque ainda para os usos e expectativas dos cidadãos, os principais interessados.

Quadro 2 – Necessidades associadas à qualidade de vida urbana

Necessidades	Aspectos particulares	Possíveis conseqüências da não-satisfação
1) Regeneração	Insolação, luz do dia, aeração, proteção contra barulho, espaços para atividades corporais, locais para a prática de esportes e brincadeiras	Esgotamento físico e psíquico, vulnerabilidade face a doenças, insônia, estresse, depressão
2) Privacidade 3) Segurança	Proteção da esfera privada, proteção contra roubos e assaltos	Raiva, medo, estresse, agressão, isolamento, atritos com os vizinhos, fraca topofilia
4) Funcionalidade 5) Ordem	Necessidade de espaço, conforto, senso de orientação	Raiva, desperdício de tempo e dinheiro, desorientação, insatisfação com a moradia e com a vida, fraca topofilia
6) Comunicação 7) Apropriação 8) Participação	Conversas, ajuda dos vizinhos, participação e engajamento	Preconceitos e conflitos sociais, insatisfação com a moradia, vandalismo, segregação
9) Estética 10) Criatividade	Aspectos dos prédios e fachadas, arruamento, presença de parques e praças	Fraca topofilia, insatisfação com a moradia, mudança de local, vandalismo

Fonte: Maderthamer (apud SOUZA 2004, p. 77).

A vegetação urbana, presente em grande parte do espaço público de lazer (áreas verdes, campos de futebol, praças, entre outros) é um importante componente da paisagem, além de propiciar horas agradáveis de lazer e bem estar, funciona como agente atenuante dos efeitos climáticos, relacionados a grande quantidade de construções e pavimentação. Entretanto, são raros os estudos referentes à espacialização do “verde” nas cidades de pequeno porte, como Ilha Solteira.

Destaca-se ainda, que as áreas verdes na cidade exercem influência sobre os fatores determinantes do conforto ambiental, além de proporcionar benefícios psicológicos ao homem, como relaxamento físico e lazer, à medida que desempenham funções estéticas e paisagísticas, colaboram para o equilíbrio ambiental (Quadro 3).

Vale ressaltar que os dados apontados no quadro 3 não têm a pretensão de caracterizar a vegetação como “pulmão da cidade” e conseqüentemente, como única

responsável para melhoria da qualidade de vida na cidade. O que se pretende é ressaltar a importância da vegetação para o bem estar humano nas cidades.

Quadro 3 – Funções da vegetação no espaço urbano

Composição atmosférica	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais; ♣ Ação purificadora por depuração bacteriana e de outros microorganismos; ♣ Ação purificadora por reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos; ♣ Ação purificadora por fixação de gases tóxicos.
Equilíbrio solo-clima-vegetação	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Luminosidade e temperatura: a vegetação ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas externas; ♣ Umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura; ♣ Redução da velocidade do vento; ♣ Mantém as propriedades do solo; ♣ Abrigo à fauna existente; ♣ Influência no balanço hídrico.
Níveis de ruído	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades.
Estético	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações; ♣ Valorização visual e ornamental do espaço urbano; ♣ Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Fonte: Guzzo, 1998 (apud GOMES & SOARES, 2004, p. 22).

Organização: Lilian Aparecida Campos Dourado, 2006.

Nesse contexto e tomando por base as necessidades expostas no Quadro 2, pode-se (co) relacionar a importância do espaço público de lazer, mais precisamente no aspecto regeneração, com destaque para possibilidade de atividades corporais como prática de esportes e brincadeiras; comunicação e apropriação do espaço, pois possibilita o encontro e o engajamento das pessoas, propiciando a “recarga” de energia do corpo para o enfrentamento dos embates da vida moderna.

Vários autores estudiosos do tema vegetação urbana e qualidade de vida, apontam para necessidade de uma espacialização melhor planejada de áreas verdes, na cidade, de modo a se preservar o direito do cidadão ao entorno. É fator

recorrente nas cidades a revitalização de equipamentos, como praças, que, melhores equipadas valorizam seu entorno, favorecem a especulação imobiliária e expulsam os menos favorecidos das imediações.

Nesse contexto, quando se fala em direitos, devem ser levadas em conta suas vertentes. Uma delas compreende a ampliação do espaço público de lazer nos diferentes pontos de uma cidade, ou seja, um aumento dos equipamentos de lazer principalmente nos bairros periféricos. A outra vertente diz respeito ao direito que o cidadão possui de freqüentar os diferentes pontos da cidade, o que vem a corresponder em um dos elementos presentes no direito ao entorno, sendo que isso não se torna possível na maioria das vezes, pois esse cidadão acaba ficando restrito ao seu bairro ou mesmo à sua casa, não apenas por causa das distâncias físicas a serem superadas, mas também por causa da distância de sua classe social (LUCAS, 2003).

Assim sendo, o estudo desses espaços, especialmente o espaço público de lazer, deve ser constantemente pesquisado pelos profissionais da área, de forma a oferecer subsídios junto ao poder público para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Cabe ressaltar que a cumplicidade entre cidadão, poder público e pesquisa é primordial para que se alcancem melhorias consideráveis no espaço urbano.

3.3 Espaço público de lazer: estrutura, uso e apropriação

Com a base conceitual referente à análise do espaço público de lazer no urbano realizada e exposta no item anterior, passou-se a busca de referencial

teórico que servisse como suporte para o entendimento do espaço de lazer em si, ou seja, suas subdivisões e apropriações.

“Ponha-se no seu lugar! Uma simples frase, mas carregada de significados. Entre outros o de “sugerir” que a pessoa ocupe o espaço que lhe é “próprio”, tendo em vista critérios os mais variados, mas todos de natureza política. O nosso espaço, que já não é mais o natural, mas social, é de natureza política. O espaço onde o lazer é desenvolvido, com relação à cidade como um todo, não foge a regra. Nesses espaços estão constituídos os equipamentos para o lazer que fazem parte das cidades (MARCELINO, 2002).

Para Bruhns (1997, p. 112) a preocupação como os estudos dos equipamentos de recreação e lazer deve ter como objetivos classificá-los segundo suas características físicas de construção, aspectos físicos estéticos e dimensões proporcionais aos locais geográficos em que se encontram, como também agradar ao olhos de quem utiliza, inspirando confiança.

Os equipamentos de lazer segundo Bruhns (1997) subdividem-se em públicos, de responsabilidade municipal, estadual ou federal, semi-públicos ou mistos, recebendo incentivo das mais diversas formas de parceria e privados, na maioria dos casos tendo a preocupação com o retorno financeiro.

Gomes (2002, p. 171) ressalta a dupla dimensão do conceito de espaço:

Ele é composto do dialético mantido entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais que aí têm lugar. Conforme as palavras de Milton Santos em seu livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, o espaço é uma forma-conteúdo, o conjunto de sistemas de formas e ações. Em segundo lugar, essa disposição física das coisas materiais, ou mais precisamente essa ordem espacial, possui uma lógica ou uma coerência. É justamente a interpretação dessa lógica do arranjo espacial e de seus sentidos que compõe o campo fundamental das questões geográficas: **por**

que as coisas estão dispostas no espaço dessa maneira? Qual o significado e as conseqüências de tal ordem espacial?

Antes de aplicar esses questionamentos propostos por Gomes (2002) no objeto da pesquisa “O espaço público de lazer em Ilha Solteira” é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. O território dessa forma é uma produção a partir do espaço e qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993).

A figura 3 destaca um esquema representativo de espaço e território com base em estudos e esquema proposto por Raffestin (1993) que o considerou simplista, contudo suficiente para ilustrar a diferenciação entre espaço e território.

O esquema permite ilustrar as possibilidades que o espaço oferece ao indivíduo, a organização desse espaço por meio de diferentes equipamentos seja ele de moradia, comercial ou de lazer, como o espaço de lazer em Ilha Solteira em questão. A apropriação do espaço, ou melhor, a delimitação do território (o espaço vivido) é egocêntrica, intencional e depende de uma série de fatores que se procurou desvelar ao longo dessa pesquisa.

O item “representação do território delimitado por B” (Figura 3) refere-se ao ator B. Não se trata, pois do “espaço” que por sua vez dividido se tornou equipamento, mas sim de um espaço construído pelo ator, com base em seus

anseios e realidade material. Portanto, o espaço representado não é mais espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993).

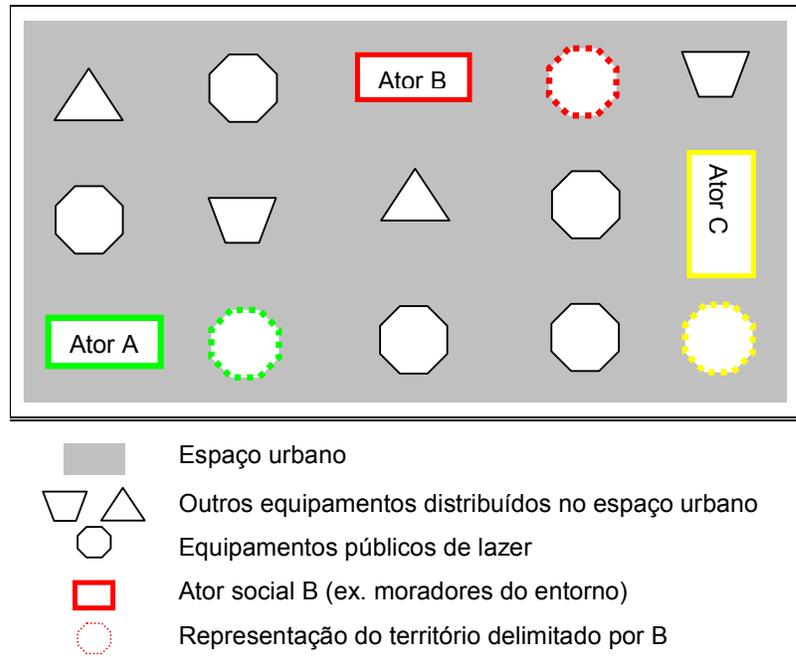


Figura 3 – Esquema representativo de espaço e território

Organização e edição: Lilian Aparecida Campos Dourado, 2007.
Baseado em Raffestin (1993).

Gomes (2002, p. 172) ressalta que:

Desse ponto de vista, um olhar sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas e dinâmicas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e vivência efetiva.

Por meio do esquema representativo na figura 3 é possível entender essa relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público. Pode-se notar que o ator B optou por apropriar-se (territorializar) do equipamento público de lazer localizado imediatamente à sua direita, quando poderia escolher (territorializar) entre os equipamentos que estão localizados à sua direita ou esquerda.

De acordo com esse raciocínio, ou melhor, com base em Raffestin (1993) e Gomes (2002), a opção do ator na delimitação de seu território de lazer é intencional e envolve as condições de cidadania, ou seja, as condições de satisfação referente ao entorno que está submetido o ator (morador urbano).

Para Raffestin (1993, p. 158-162) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. [...] Entretanto, não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a constuiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica.

No caso de Ilha Solteira, por exemplo, o estudo referente ao espaço público de lazer possibilita o entendimento de seu uso que por sua vez reflete os anseios da população. A apropriação desses espaços se dá de maneira diferente, basta que se considere, a grosso modo, Zona Norte e Zona Sul da cidade para perceber que há intencionalidades e anseios diferentes nos usos e apropriações realizadas no espaço.

Essa apropriação desigual por sua vez é produto das relações e organizações acumuladas ao longo do tempo, cujo fator primordial foi o planejamento sócio-espacial segregado implantado pela CESP.

Dessa forma os motivos que impulsionam um morador residente na Zona Norte para a delimitação de um determinado território não são os mesmos de um morador da Zona Sul. Aquele o faz muitas vezes devido a falta de espaço oferecida por sua residência e este último muitas vezes o faz por motivos estéticos, ou melhor, em busca do embelezamento do entorno.

Haesbaert (2006, p. 37) lembra que apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva (Quadro 4).

Quadro 4 – Perspectiva multidisciplinar a respeito do território e territorialidade

Geografia	Tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve (ria) incluir a interação sociedade-natureza).
Ciência Política	Enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado).
Economia	Prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva).
Antropologia	Destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo).
Sociologia	Enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo.
Psicologia	Incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Organização: Lilian Aparecida C. Dourado, 2006. Dados com base em Haesbaert (2006, p. 37)

Raffestin (1993, p. 151) salienta que:

A distância, por exemplo, pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geografia), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes

que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território.

Destaca-se então que não há uma rigidez e limitação absoluta a respeito da perspectiva adotada por uma ciência. As pesquisas envolvem diferentes pontos de vista que conduzem à um determinado conceito. Na Geografia, por exemplo, dependendo do objeto e método de análise adotado é comum encontrar na base conceitual pesquisas e materiais de outras ciências afins. Como na pesquisa em questão que perpassa os conhecimentos inerentes à psicologia para captar a percepção das pessoas a respeito do espaço público de lazer.

4 ILHA SOLTEIRA E O ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER

Monbeig (2004, p. 278) no artigo “O estudo geográfico das cidades”, denominado por ele, como uma espécie de guia da monografia urbana escreveu:

Somos levados a inquirir o que estuda o geógrafo que se debruça sobre uma cidade. Para ele, a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano. Qual é esse solo? Quais são esses homens? Eis as primeiras indagações a serem feitas. [...] o ponto de partida de toda pesquisa de geografia urbana é o estudo do quadro natural em que nasceu e cresceu a cidade. Deve-se em suma, fazer uma tabula rasa de tudo que os homens puderam acrescentar ao cenário natural por meio de suas casas, estradas, etc.

Dessa forma, nos itens que se seguem, buscou-se responder as questões apontadas pelo autor como ponto de partida para estudo geográfico urbano, ou seja, a construção da base de estudos para o tema proposto a partir da caracterização e resgate histórico do município e cidade de Ilha Solteira.

4.1 Aspectos físicos

Ilha Solteira localiza-se à noroeste do Estado de São Paulo (Figura 4), na margem (esquerda) paulista do Rio Paraná, possui uma população de 23.986 habitantes (IBGE, 2000).

O município tem uma área de 639 Km², sendo integrante do chamado Planalto Ocidental Paulista. Sua topografia tem suaves ondulações, no núcleo urbano, as cotas variam de 350 a 400 metros (acima do nível do mar), com declividades suaves (HESPANHOL, 1993).

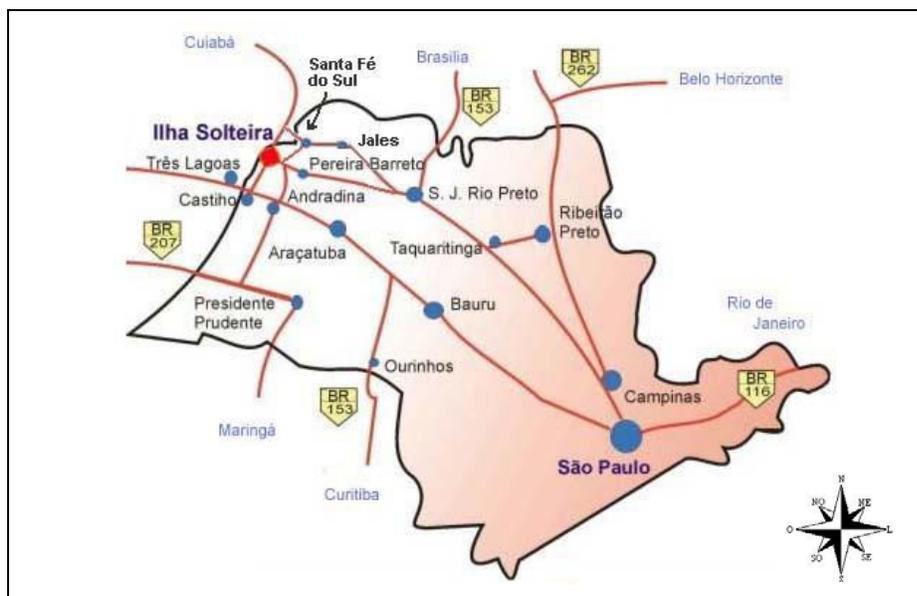


Figura 4 - Localização de Ilha Solteira no Estado de São Paulo

Fonte: UNESP – Ilha Solteira, mapa ilustrativo sem escala.

Ilha Solteira integra a Microrregião Geográfica de Andradina, de acordo com a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cobertura original era constituída principalmente pela Mata Tropical Latifoliada Semidecídua e pela Formação de Cerrado e Cerradão. Atualmente a cobertura predominante é a pastagem (ILHA SOLTEIRA, 1998).

O Município de Ilha Solteira possui um cenário natural, privilegiado. Situa-se entre os rios Paraná e Tietê, sendo entrecortado ao centro pelo rio São José dos Dourados, apresenta-se ainda, recortado pelos Córregos: Cachimbo, Quinze, das Lagoas, Piracanjuba, Pernilongo, Onça, Três Irmãos e Ponte Alta como revelam as Figuras 5 e 6.



Figura 5 - Vista aérea do Município de Ilha Solteira

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 2002. Editada por Lilian Ap. Campos Dourado.

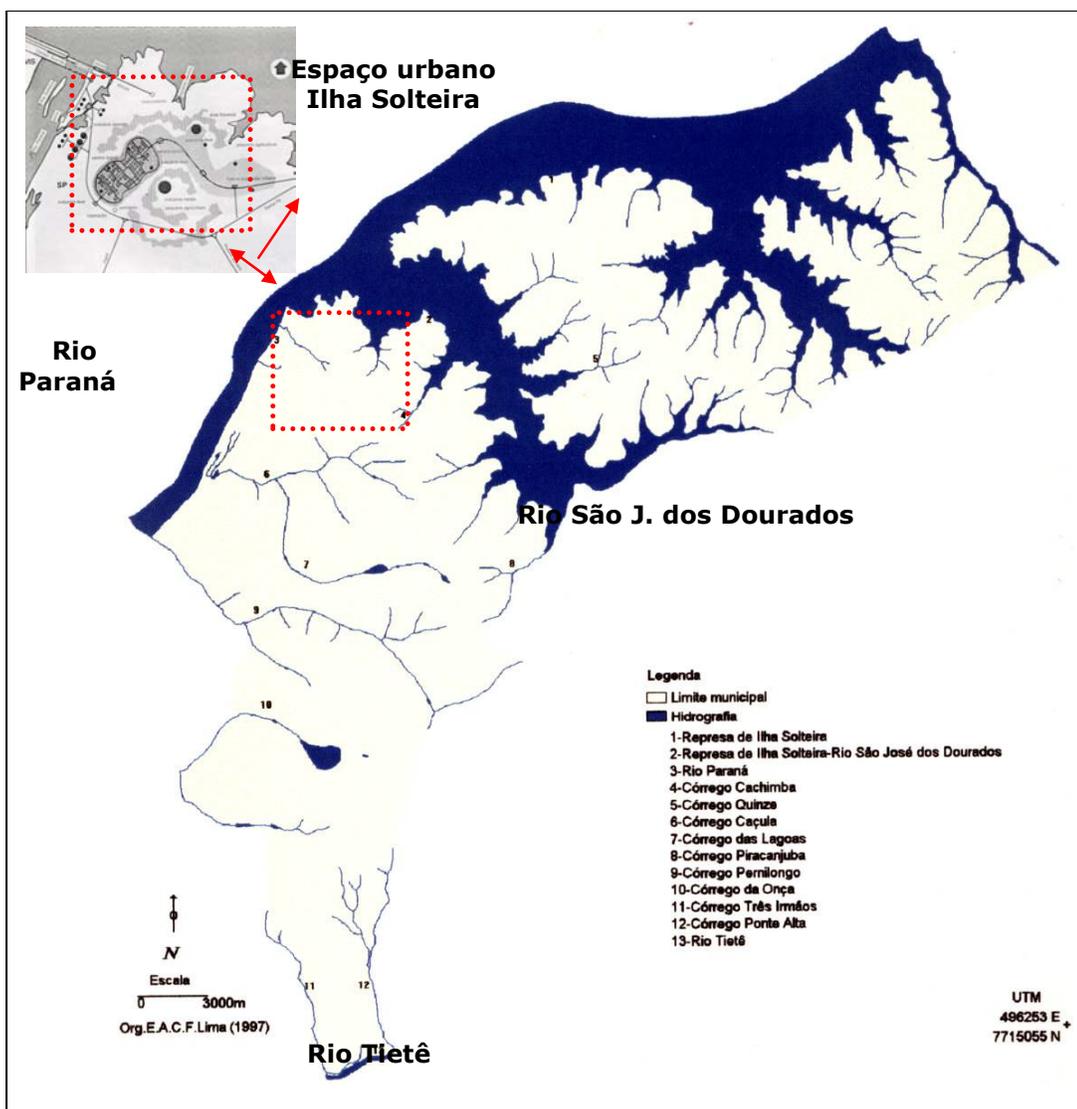


Figura 6 – Carta Hidrográfica do Município de Ilha Solteira

Fonte: Elizete Ap. C. de F. Lima, 1997. Edição: Lilian Ap. C. Dourado, 2006.

4.2 A cidade de Ilha Solteira: aspectos históricos

De acordo com (Carlos, 2004, p. 7):

A cidade considerada uma construção humana é um produto histórico-social; nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas ao mesmo tempo, já que o futuro se constrói a partir das tramas do presente.

A respeito da importância do estudo histórico das cidades para a Geografia Sposito (2001, p.9) acrescenta que:

É fundamental recuperar a História não apenas para reflexão sobre o urbano, mas para se fazer uma Geografia para além da paisagem, para além do que os nossos sentidos podem perceber. O corte no tempo, sem a recuperação histórica, conduz ao estudo de um espaço estático, de uma cidade apenas formal. É preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstróem a cidade, se queremos entendê-la na dinâmica de um espaço que está em constante estruturação, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais.

A dimensão histórica é fundamental para compreensão da natureza da cidade e a forma como foi sendo construída a idéia de lazer em Ilha Solteira. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico (CARLOS 1992, p. 57).

Diante desse processo dinâmico que se “produz” e “reproduz” a cidade, Lefebvre (1991, p.48) define o caminho de análise a seguir:

Se, se considera a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prática sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo um meio.

Para melhor compreensão e entendimento do processo histórico do ordenamento da cidade de Ilha Solteira, bem como das ações e resultados, optou-se pela divisão do processo histórico em dois períodos: 1º) Projeto, planejamento e construção de Ilha Solteira; 2º) Emancipação política, estância turística e capital da cultura. Caracterizados a seguir.

4.2.1 Projeto, planejamento e construção de Ilha Solteira: no contexto de implantação do “Complexo Hidrelétrico Urubupungá”

Em prefácio da obra Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952 - 1992) de Gilval Mosca Froelich, Paul Singer escreveu:

Ilha Solteira lança novas luzes sobre um dos períodos mais sombrios da história brasileira, enfocando-o dum ângulo não usual: o de uma das grandes realizações. Ilha Solteira foi uma duma série de obras hidrelétricas que tornaram o desenvolvimento industrial do país possível e robusto.

O contexto que precedeu a viabilização do projeto Ilha Solteira remonta ao início dos anos 1950, quando, no setor de energia elétrica predominava uma tendência de construir grandes usinas hidrelétricas por iniciativa estatal, a fim de atender às necessidades de desenvolvimento industrial do país, abrindo a possibilidade de participação do capital estrangeiro, especialmente no fornecimento

de equipamentos, e do capital nacional, na própria construção das usinas (FROELICH, 2001, p. 43).

A baixa oferta de energia elétrica, decorrente de uma capacidade geradora deficiente e de longas estiagens, provocou uma grave crise no fornecimento de eletricidade, que resultou no racionamento de 1950, adotado em âmbito federal.

Em 1951 com Getúlio Vargas na Presidência da República, foi organizada a CIBP – Comissão Interestadual da Bacia do Paraná – congregando os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Posteriormente ingressou na comissão o Estado do Rio Grande do Sul, passando o órgão a chamar-se CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia do Paraná – Uruguai – com a finalidade precípua de estudar o desenvolvimento energético e sócio-econômico da região.

Em 1953, o Governo do Estado de São Paulo, adotou uma política ousada para época, encomendou a uma firma de consultoria, a CBE - Companhia Brasileira de Engenharia, um estudo a respeito das possibilidades de eletrificação do Estado. Essa política incluiu a criação de companhias de energia elétrica com a participação majoritária do Estado de São Paulo para atender a demanda da eletricidade necessária à crescente industrialização (CESP, 1988).

A grande potencialidade hidroenergética da Bacia do Rio Paraná e a sua proximidade em relação à região de maior desenvolvimento econômico do país favoreciam seu aproveitamento para a geração de eletricidade em larga escala (REVISTA ENGENHARIA, 1973).

Em janeiro de 1955 a CBPU entrou em contato com a “Società Edison” de Milão (Itália); para um estudo do aproveitamento das quedas Urubupungá. Em 1957 ela apresenta um projeto com o título “Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná”

com sugestão de construção de duas barragens: Jupuí e Ilha Solteira. Esse trabalho, após algumas adequações técnicas, foi aprovado pelo governo federal em 1958. (CHÁVEZ, 1988, p.53).

A partir de então, o projeto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá foi posto em ação seguindo as seguintes etapas: 1ª – Construção da Usina de Jupuí no Rio Paraná; 2ª – Construção da Usina de Ilha Solteira, no Rio Paraná; 3ª – Construção da Usina Três Irmãos, no Rio Tietê e Canal de Pereira Barreto ligando o Rio Tietê ao Rio Paraná, através do Rio São José dos Dourados.

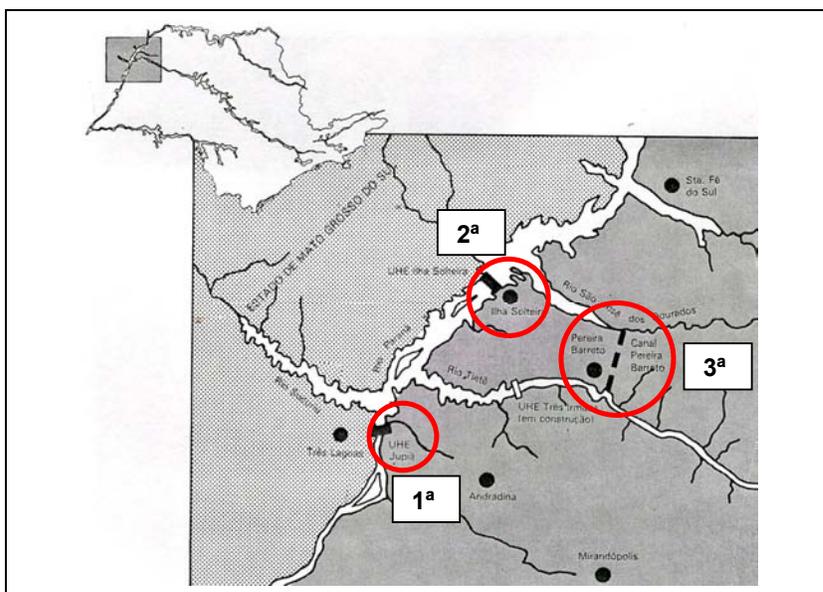


Figura 7 - Obras do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá

Fonte: CESP. Ilha Solteira: a cidade e a usina, 1988, p. 25

Editada por Lilian Aparecida Campos Dourado

Froelich (2001, p. 62) esclarece que:

O projeto Ilha Solteira, do qual Jupuí representava o primeiro degrau, afinou-se com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, tornando-se uma expressão do tripé que o sustentava: a responsabilidade pela construção da usina foi atribuída à grande empresa estatal e à grande empresa privada nacional, ficando o

aporte de equipamentos e tecnologia por conta de grandes empresas privadas estrangeiras.

Para abrigar a mão-de-obra que construiu a Usina de Jupιά foi construído um “acampamento” chamado Vila Piloto que teve seu início em 1961 e fim em 1969 quando a obra ficou pronta.

A segunda etapa do desenvolvimento do Projeto Complexo Urubupungá – A construção de Ilha Solteira teve seu início em 1966 com alguns problemas: simultaneidade das obras de Jupιά, carência de mão-de-obra; custos elevados de transporte diário; baixa densidade populacional da região (CHÁVEZ, 1988).

Essas condições, somadas a uma série de outros fatores de ordem econômica, social e política, levaram a empresa a optar pela construção de um núcleo urbano de caráter permanente, para abrigar os operários contratados para construção da Usina Hidrelétrica, o qual teve início em 1966, e já em 1968 se mudaram as primeiras famílias, a maioria vinda da Vila Piloto para Ilha Solteira (CHÁVEZ, 1988).

De acordo com dados fornecidos pela CESP a maior parte dos habitantes de Ilha Solteira, cerca de 70%, era/é oriunda da própria região (um raio de 100 quilômetros a partir do local da obra). Cerca de 25% vieram de cidades do interior paulista e 5% de outros estados do país.

O Jornal, O Barrageiro, em 28 de Outubro de 1968, publicou um artigo com o título “Mudanças para Ilha Solteira”, onde é possível observar a realidade vivenciada pelos moradores na época:

Desde o dia 15 do corrente, 20 famílias estão se mudando, diariamente, para o Núcleo Residencial de Ilha Solteira. [...] Sábado último, O Barrageiro esteve na Rua 10, casa nº 12, cujo morador, o Sr. Vitor Gabriel de Souza, funcionário da Camargo Corrêa, que

durante seis anos morou em Vila Piloto, estava pronto para se transferir para Ilha Solteira. “Para ele é melhor morar lá”, disse a esposa, “Ele já trabalha lá há 3 anos”. “No Núcleo Residencial travamos contato com diversas famílias já transferidas e, ao que pudemos constatar, nenhuma delas demonstrava sentimentos de pessimismo. De mudança em mudança cada um fazendo a sua parte, desde o operário até professores, técnicos, médicos e engenheiros.”

Carlos (1992, p. 57), lembra que: “A cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando um determinado fim”.

É importante verificar que Ilha Solteira não é um fenômeno isolado. Está no contexto de uma série de realizações urbanas que, vêm sendo criadas para permitir a exploração de riquezas naturais como, por exemplo: Akjoujt, na Mauritânia, ligada à exploração de uma mina de cobre; Arlit, no Níger, que surgiu em função de uma jazida de urânio; Serra do Navio e Vila Amazonas, no Amapá, ligadas à extração de manganês; Bratsk, na União Soviética, originada pela instalação de usina hidrelétrica do mesmo nome; entre outras (REVISTA de ENGENHARIA, 1973, p. 97).

Uma pequena ilha solitária, no rio Paraná, conhecida por Ilha Solteira, foi inspiração para o nome da futura cidade e da Usina (ILHA SOLTEIRA, 1996).

O plano diretor sob o nome “Ilha Solteira – Planejamento Urbano I” foi elaborado pela PLANEMAK – Planejamento, Arquitetura e Engenharia Ltda – sob responsabilidade do Engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange e do Arquiteto Ariaki Kato, em 1966 levando-se em conta a opção da empresa por um núcleo permanente e prevendo todas as funções que deveriam ser desempenhadas pela cidade, e o planejamento físico conferiu à cidade a forma de violão (CESP, 1988).

O projeto inicial obedeceu a uma estrutura urbanística derivada da necessidade de seguir um padrão arquitetônico único. A falta de variedade nos materiais de construção empregada deu à cidade um caráter bastante uniforme e até um tanto monótono. Ilha Solteira é também compacta, com poucos espaços livres entre as habitações.

Com o intuito de dotar o núcleo de Ilha Solteira de um estatuto jurídico e administrativo, a Diretoria da CESP criou a Administração Especial de Ilha Solteira - AEIS, através do Decreto nº 51.352, de 03 de fevereiro de 1969. A esse órgão caberia planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades necessárias à implantação da administração da cidade, de acordo com as diretrizes da Diretoria da Empresa (ILHA SOLTEIRA 1996).

Hespanhol (1993, p. 3) observa que:

O núcleo urbano foi implantado num curto espaço de tempo (entre 1967-1970 foram construídas mais de 3.000 casas) e sua administração até 1992 ficou sob responsabilidade da CESP administrada pela AEIS. O amplo domínio exercido pela CESP sobre o núcleo urbano, fez com que Ilha Solteira permanecesse alheia à dinâmica do mercado imobiliário, fugindo assim, à lógica da produção do espaço da maioria das cidades brasileiras.

Quando as primeiras famílias se mudaram para Ilha Solteira em 1968, o núcleo dispunha apenas de algumas casas, um centro comercial que assegurava o suprimento das necessidades de alimentos e um ambulatório médico instalado em barracos de madeira. As crianças estudavam em poucas salas onde funcionavam, provisoriamente, algumas classes das séries iniciais.

A cidade oferecia o aspecto de um imenso canteiro de obras - ver figuras 8 (A e B) - não havia asfalto, nem verde, apenas máquinas e homens trabalhando exaustivamente. Na figura 8 C pode-se observar uma versão atualizada da fotografia

aérea com a mesma área da construção da cidade, onde há um destaque para o monumento central da cidade, a Caixa D'água.

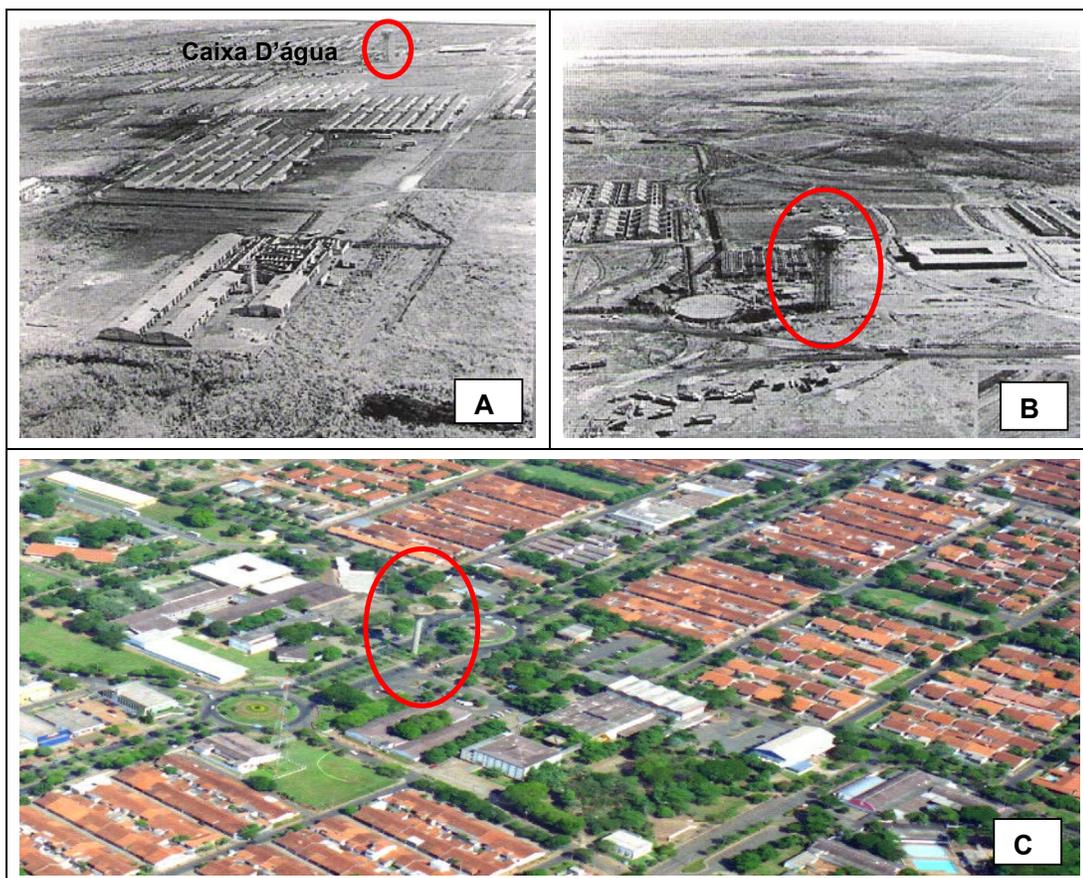


Figura 8 - Fotografias aéreas de Ilha Solteira em 1968 e 1996

Fonte: Memória de Ilha Solteira, 1996 (A e B). Fonte: Câmara Municipal, abril de 2000 (C)
Organização: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

A população de Ilha Solteira apresentava na década de 1970, uma estrutura típica das cidades novas, onde predominavam crianças com menos de 10 anos e os adultos entre 25 e 40 anos. Existiam poucos adolescentes e pouquíssimas pessoas idosas. A média de filhos por família era de 3,09 (ILHA SOLTEIRA, 1996).

Tratava-se de população heterogênea, composta por indivíduos procedentes de todas as partes do país, com renda superior à da média da região além de benefícios, já que além de receber regularmente o salário fixo, a casa era atribuída,

em troca de uma taxa quase simbólica, e o ensino e a assistência médica eram oferecidos para todos, a custos baixos.

A zona habitacional inicial era formada por quadras simétricas, compostas por casas de mesmo nível e obedecia ao critério que agrupava a população em seis categorias profissionais diferentes, como se apresentam no Quadro 5.

Quadro 5 - Divisão de moradias no planejamento de Ilha Solteira.

Nível	Área (m ²)	Tipo de habitação	Nível sócio-profissional
1	108	Sala, 1 a 2 dormitórios, cozinha, banheiro, tanque, alpendre, área de frente e de fundo	Operários não especializados: ajudantes, serventes, vigias e zeladores.
2	132	Sala, 2 a 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e de fundo.	Profissões manuais como: carpinteiros, encanadores, mecânicos, pedreiros, pintores.
3	132	Idem ao nível 2 com melhoramentos internos e esquadrias.	Auxiliares administrativos: chefes de turma, encarregados, mestres de obra, fiscais e laboratoristas.
4	188	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e de fundo, abrigo para automóvel.	Assistentes técnicos: aux. de serviço social, desenhistas, projetistas, enc. de operação, de manutenção, inspetores de segurança, insp. sanitários e prof. de ensino primário.
5	300	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.	Técnico-administrativo, ou pessoal de cargo de chefia: agrimensores, professores de ensino técnico, professores de ensino médio, orientadores educacionais e orientadores pedagógicos.
6	560	Sala de estar, sala de jantar, 4 dormitórios, banheiro, lavabo, copa, cozinha, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.	Encarregados de nível universitário, profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais.

Fonte: Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), 1988, 13-15.

Organização: Lilian Aparecida Campos Dourado, 2006.

Como se pode observar no Quadro 5, a cada nível sócio-profissional correspondia um tipo de moradia na empresa, que se diferenciava uma da outra em

extensão do terreno, tamanho da área construída, material de construção utilizado (madeira, alvenaria, tipo de acabamento entre outros), localização no espaço urbano e conseqüentemente em conforto proporcionado aos moradores.

De acordo com Santos (apud HESPANHOL, 1993, p. 32):

Quando se observa a localização, a qualidade do material, o tamanho, a disposição das casas, enfim, as condições gerais de habitação dos diferentes níveis, verificam-se a materialização da concepção de que as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem o que, aliás, é praticamente aceita pela sociedade, sobretudo por uma classe média não culta.

Froelich (2001, p. 141) assevera que:

A implantação do núcleo urbano seguiu rigorosamente o plano urbanístico, de forma que, paradoxalmente, as casas menores, com dois cômodos, foram atribuídas aos trabalhadores menos especializados, cujas famílias eram maiores; e as moradias mais espaçosas, com quatro dormitórios, aos gerentes e profissionais de nível universitário que muitas vezes moravam sozinhos.

A divisão social em Ilha Solteira assumiu uma forma institucionalizada e foi determinante na vida do indivíduo e de sua família, pois dela decorria, desde o tipo de casa até o local de lazer que poderia ser freqüentado, refletindo na própria estrutura da cidade, que teve seu espaço físico definido pela aglomeração dos diferentes tipos de moradias.

Os clubes recreativos e esportivos (Figura 9) começaram então a ser construídos com rapidez. O primeiro clube, o CAIS (Clube Atlético de Ilha Solteira), foi concluído em 04 de julho de 1970, destinado aos funcionários de níveis 5 e 6. Em setembro do mesmo ano foi inaugurada a SEIS (Sociedade Esportiva de Ilha Solteira), destinada aos funcionários de níveis 3 e 4. Em 1971 foi inaugurada a

Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá, destinada aos funcionários de níveis 1 e 2 (DOURADO, 2004).

Estes clubes foram até a década de 1990 os únicos equipamentos de lazer destinados à população, cabe salientar que não eram de uso público, uma vez que para freqüentá-los havia necessidade de se ocupar na empresa o cargo correspondente ao nível do clube. Esta estratificação social perdurou por muitos anos. Os clubes 1-2 e 3-4 eram construídos no mesmo terreno divididos apenas por uma cerca do tipo alambrado com mais ou menos 1 metro de altura, apesar dessa separação os freqüentadores do clube 1-2 não freqüentavam as dependências do clube 3-4.

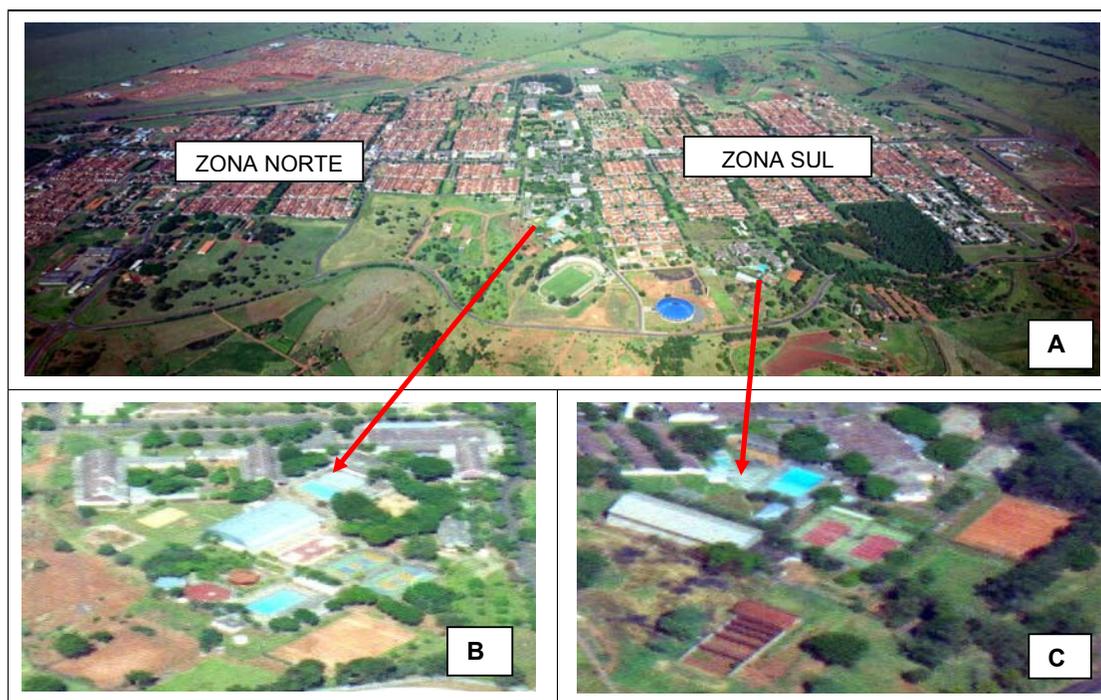


Figura 9 - Fotografia aérea de Ilha Solteira (A); Clube SEIS (B); Clube CAIS (C).

Fonte: Câmara Municipal, abril de 2000.

Organização: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

O regime militar imperava na cidade uma vez que a segurança exercida pela inspetoria da época era comandada por capitães e tenentes do exército, nomeados

para o cargo. Obedecendo a essa hierarquia institucionalizada os superiores (sócios dos clubes 5-6) poderiam freqüentar as dependências dos outros clubes, assim como os de nível 3-4 poderiam freqüentar o clube 1-2, mas não poderia ocorrer o inverso, ou seja, sócios do clube 1-2 freqüentar o 3-4 e sócios do 3-4 freqüentar as dependências do clube 5-6. Caso ocorresse uma entrada fortuita de algum cidadão de outro nível mais baixo em um clube destinado aos superiores, este corria o risco de sofrer sanções da empresa que poderia chegar à demissão.

Froelich (2001, p. 143) destaca que a questão dos níveis incomodava até mesmo os profissionais, reforça isso com o relato de uma assistente social da época (Elza Masuko Shimiku Gomes da Costa):

Eu achei a experiência (dois anos de atuação como assistente social em Ilha Solteira, de 1972 a 1974) positiva, mas muito sofrida. Sofrida porque eu não aceitava, não conseguia me conceber aceitando os níveis, as diferenças de categoria sociais que existiam lá. O nível 1 e 2 era o pessoal mais braçal; o 3 e 4 o pessoal mais administrativo; o 5 e 6 com nível universitário, quando o cargo exigia curso superior. Então quando eu fui para lá eu já fui rotulada de nível 6. E isso era um drama muito grande. Porque a diferença de nível criava problemas entre as pessoas, havia uma diferença social. [...] Existia um clube pro 3 e 4 e outro pro 5 e 6. Separados. Por exemplo, se eu tivesse uma amiga do nível 3 ou 4 ela não poderia entrar no clube de nível 5 e 6, ela era barrada. Isso causava problemas inclusive pra gente, que convidava então a gente nem convidava as pessoas. Então, eu poderia ser convidada para o clube 3 e 4, mas o contrario não. E isso me incomodava, fazia sofrer, porque numa cidade comum, não tem nada disso, não se sente essa diferença. Pode até ter essa diferença, mas não é tão estruturada. Sabe, é bem rígido então, isso chocava muito, sabe, quando você não consegue em dois anos aceitar, você se acostuma, mas não aceita.

Convém destacar que nessa época não havia estabelecimentos de ensino particulares, a cidade contava com escolas públicas mantidas pela CESP (Figura 10), divididas da seguinte forma: até o ensino fundamental (de 1ª a 8ª séries) existiam escolas tanto na Zona Norte quanto na Zona Sul. Devido à localização e

facilidade de acesso alguns filhos de funcionários de passeios nível 3 e 4 estudavam na mesma escola (Zona Norte) que os filhos de funcionários dos níveis 1 e 2. O mesmo acontecia nas escolas da Zona Sul, onde se concentravam em sua totalidade os funcionários de níveis 5 e 6.

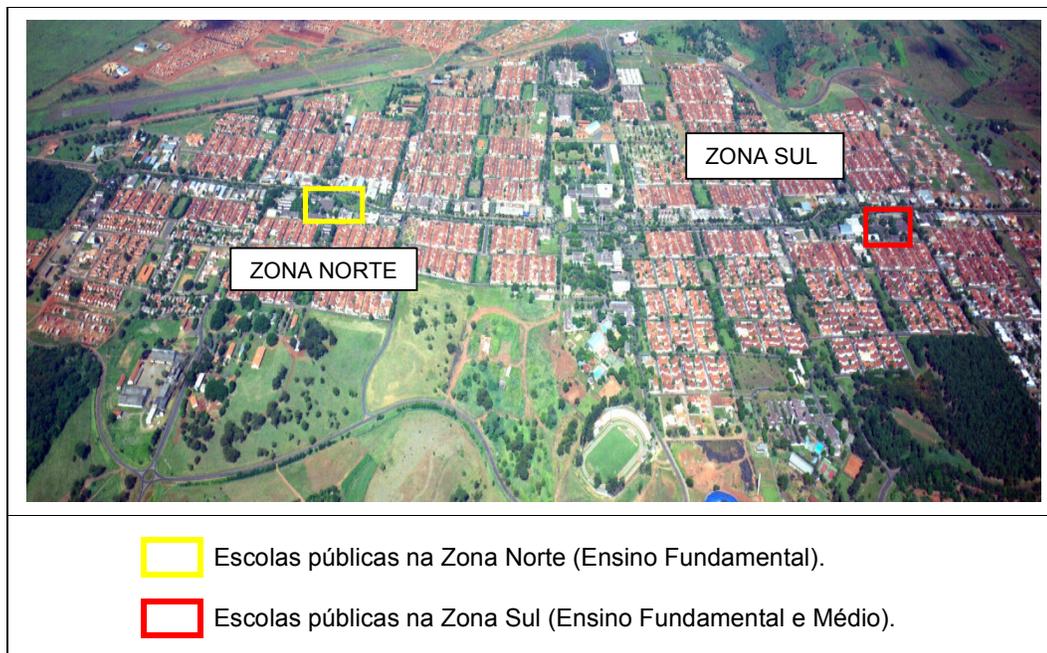


Figura 10 – Localização das escolas em Ilha Solteira

Fonte: Câmara Municipal, abril de 2000. Organização: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

Essa situação era modificada a partir do ensino médio (1º a 3º colegial), pois existia apenas uma escola para todos os alunos que ingressavam nessa fase estudantil. Essa escola (Escola Urubupungá), situada na Zona Sul da cidade, era o ambiente onde conviviam os filhos de todos os funcionários independentes de nível ou categoria profissional ocupada pelos pais.

Como as crianças viviam a cidade e o lazer (clubes) obrigatoriamente separados pelos tais níveis, quando chegavam na fase de terem que freqüentar o mesmo ambiente (escola) aconteciam muitos embates motivados pela discriminação advinda da segregação sócio-espacial.

Como destaca Froelich (2001, p. 142):

Estabeleceu-se, então, um sistema discriminatório nos clubes e restaurantes e outros prédios da CESP, em geral destinados às três faixas de empregados: nível 1-2 constituído por peões, nível 3-4 por pessoal administrativo, principalmente engenheiros. O despotismo da obra transmitiu-se, assim, à cidade, que ainda hoje exibe suas marcas, mesmo depois das modificações feitas em seu planejamento urbano e da democratização dos clubes e assemelhados. A atribuição de um nível diferenciado a cada funcionário criou sérios problemas de relacionamento entre as pessoas, porque se estendia às famílias e absurdo completo, também às crianças!

A partir de 1970, Ilha Solteira já apresentava uma estrutura urbanística pré-definida, com uma avenida central, com pista dupla que recebeu a denominação de “Avenida Brasil”.

As ramificações da Avenida Brasil são alamedas, que receberam o nome de alguns Estados da Federação, e os quarteirões, conhecidos localmente como passeios, receberam o nome de cidades correspondentes à localização na Alameda; por exemplo, próximos à Alameda Pernambuco estão localizados os passeios Olinda, Floresta, Caruaru, Recife, entre outros; todos representando o Estado da Federação.

Em 1973 Ilha Solteira possuía 5.144 residências, sendo 3.264 de níveis um e dois, 1.536 de níveis três e quatro e 344 de níveis cinco e seis (REVISTA ENGENHARIA, 1973).

4.2.2 Da emancipação política, estância turística e capital da cultura

Baseada na experiência adquirida com o acampamento de Vila Piloto, na cidade de Três Lagoas – MS, que serviu de apoio para a construção da obra de Jupiá, a CESP, ao construir Ilha Solteira (2ª etapa do Complexo Urubupungá), adotou medidas que permitissem a concretização do projeto futuro de emancipação do acampamento, construído então para servir de base para a realização da obra de Ilha Solteira.

Essas medidas constituíam-se em dotar Ilha Solteira de uma infra-estrutura que possibilitasse, num futuro bem próximo, ser conduzida a categoria de município além de fixar os trabalhadores vindos de outros centros urbanos já que o núcleo urbano contava com hospital, escolas, centros de lazer (clubes) entre outros equipamentos. Como relata o Jornal O Barrageiro 2 de março de 1968:

Considerando que em qualquer cidade comum cerca de 40% do salário do trabalhador é consumido com o pagamento de aluguel, imposto, taxas, etc., e que a cidade de Ilha Solteira deverá transformar-se em pouco tempo em uma cidade comum, investida dos 3 poderes: Executivo (Prefeitura Municipal), Legislativo (Vereadores) e Judiciário (Juízo de Direito), quando então o morador passará a arcar com todos os compromissos e despesas normais, como em qualquer “cidade aberta”, as empresas que operam nas obras de Urubupungá estão cogitando estabelecerem pequenas taxas (de valor mais simbólico) que seriam deduzidas do salário base do trabalhador, não só para auxiliar no custeio das despesas de manutenção da cidade, mas também para caracterizar desde a mudança para a mesma, o sentido de compromisso do cidadão com a comunidade.

Com a proximidade do término da função de acampamento conferido a Ilha Solteira na época de sua construção, a CESP contratava estudos que possibilitassem a evolução da cidade, esses estudos consistiam em relatórios sócio-

urbanísticos que estabeleciam diretrizes para a ocupação do assentamento existente ao aparato legal e urbanístico que se modificava ao longo do tempo. Entre 1981 e 1984 a CESP deixou de ser a única proprietária da rede urbana, uma vez que começou um processo de privatização das unidades habitacionais, o que possibilitou aos compradores das unidades realizarem modificações nos projetos originais, conferindo assim um novo visual a sua moradia e conseqüentemente na paisagem da cidade (CEPAM, 1989).

Independentemente da venda das casas a CESP continuou a administrar o núcleo urbano até 1992, e nesse intervalo de tempo (1984 a 1992) as lideranças locais interessadas começaram a amadurecer a idéia de emancipação político-administrativa. O ponto de partida, primeiramente, seria a transferência da sede do distrito de Bela Floresta para Ilha Solteira, já que Bela floresta é até os dias atuais uma pequena vila próxima a Pereira Barreto.

Esta etapa foi possível através do processo 10.017 de 3/11/1987 da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que transferiu a sede do distrito para a cidade de Ilha Solteira e em 30/12/1991, pela Lei estadual 7664, embasada no plebiscito, Ilha Solteira transformou-se em município (FROELICH 2001).

Cabe salientar que em período anterior ao processo de emancipação (1976) o governo estadual adotou medidas para a implantação da UNESP (Universidade Estadual Paulista) em Ilha Solteira com o objetivo de reunir condições para a fixação de pessoas na cidade.

Em 1977, Ilha Solteira recebeu a UNESP, oferecendo cursos nas áreas de Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica e Agrônômica. Havia então a percepção da importância da cidade como geradora de ciência e tecnologia, marcada pela construção da maior barragem hidrelétrica de todo o Estado de São Paulo.

A infra-estrutura destinada à pesquisa criada pela CESP por meio de seus laboratórios, equipamentos e profissionais das áreas de engenharia civil e elétrica representava um grande potencial de articulação entre a empresa e a Universidade. A retirada da CESP do núcleo urbano criou vácuos na utilização da infra-estrutura urbana, que foram ocupados pela UNESP tendo em vista as necessidades dessa última, para instalações técnicas e acomodação do seu corpo docente e discente. (SCOMBATTI 1985, p. 27).

Segundo Santos (1985, p. 55):

Se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma freqüentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. A cada mudança, fruto de novas determinações de parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa das formas da determinação precedente. Tal destruição não só e por vezes indesejável e dispendiosa como ainda é de fato impossível.

Seguindo a mesma linha de pensamento, postulada por Milton Santos pode-se dizer que não foram apenas os laboratórios da CESP, aos quais foi designada uma nova função, sendo ocupados pela UNESP, a cidade em si com seus equipamentos urbanos (infra-estrutura, lazer, cultura e paisagem natural, formada pelo lago da barragem), despertaram o interesse da implantação de uma nova função para esses equipamentos: a exploração de seu potencial turístico.

O processo de elevação de Ilha Solteira à categoria de Estância, iniciou-se em 1991 quando o médico Edson Gomes, na época prefeito do município de Pereira Barreto, ao qual pertencia o Distrito de Ilha Solteira, enviou um documento

solicitando a classificação do Distrito em Estância, sendo o pedido indeferido pelo fato de ainda não ser município.

Por conseguinte, Ilha Solteira foi emancipada em 1992, neste mesmo ano foi eleito o primeiro prefeito o médico Edson Gomes, que se desvinculou da prefeitura de Pereira Barreto para concorrer ao cargo de prefeito do recém criado município. Em 1993 com a emancipação consolidada, foi enviado ao DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), o primeiro Dossiê de Ilha Solteira e deste documento constavam informações sobre o clima, vias de acesso, população, atrativos turísticos, lazer e recreação, qualidade do ar, condições de abastecimento de água, coleta de lixo, disposição de resíduos sólidos e estrutura de atendimento, como hotéis e restaurantes. (DOURADO, 2004).

Pupo (1974, p.35 apud AULICINO 2001, p.68) esclarece que: O termo *estância*, que os dicionários registram como lugar de repouso, é a “denominação oficial adotada no Brasil e que corresponde, na milenar Europa, às estações, naquele continente, classificadas em termais ou hidrominerais, climáticas e balneárias”.

De acordo com o DADE, as Estâncias se dividem em: a) Hidrominerais, que devem possuir balneário de uso público, abastecido com água mineral, com vazão mínima, de 96 mil litros por dia; b) Balneárias, têm que se localizar no litoral; c) Climáticas, têm que possuir posto meteorológico em funcionamento ininterrupto e os resultados médios deve se enquadrar dentro das características exigidas pela legislação; e d) Turísticas, que devem possuir atrativos de natureza histórica, artística, religiosa ou de recursos naturais e paisagísticos; sendo essa última, a categoria na qual se insere Ilha Solteira.

De acordo com a Prefeitura Municipal (2000, apud MARTINS, 2002):

A classificação de Ilha Solteira em Estância Turística, fez com que a mesma, passasse a receber, após publicação no Diário Oficial, cerca de R\$ 600.000,00 anuais, sendo 30% destinados a eventos, e 70% a obras destinadas ao incremento da atividade. O fato de Ilha Solteira ser hoje um município “planejado” na área do turismo, e a existência de um órgão municipal e conselho que administram a atividade há seis anos, a receita vem contribuir, na gestão de um Plano Diretor de Turismo.

Segundo Aulicino (2001, p. 71-72) as estâncias turísticas foram regulamentadas pelo Decreto nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, que além dos requisitos mínimos já mencionados, devem oferecer condições para o lazer dentro do seguinte padrão indispensável de atendimento e de salubridade ambiental:

- ✓ Águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e que tenham níveis mínimos de poluição;
- ✓ Abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas;
- ✓ Ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;
- ✓ Rede hoteleira para atendimento da demanda turística;
- ✓ **Áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público.**

Esses pré-requisitos, com destaque para o item “Áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público”, reforçam a importância deste estudo uma vez que para se adotar medidas que possam fomentar o turismo é preciso conhecer a realidade, a especialização e os usos dos equipamentos de lazer existentes, não somente pelos turistas, mas especialmente pelos moradores, foco desta pesquisa.

Após passar por um processo de avaliação e adequação, no ano de 2000, o município de Ilha Solteira foi elevado à categoria de Estância Turística, face à

existência dos atrativos necessários e da estrutura de atendimento à população flutuante, reconhecida e aceita pelo CONDEPHATT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

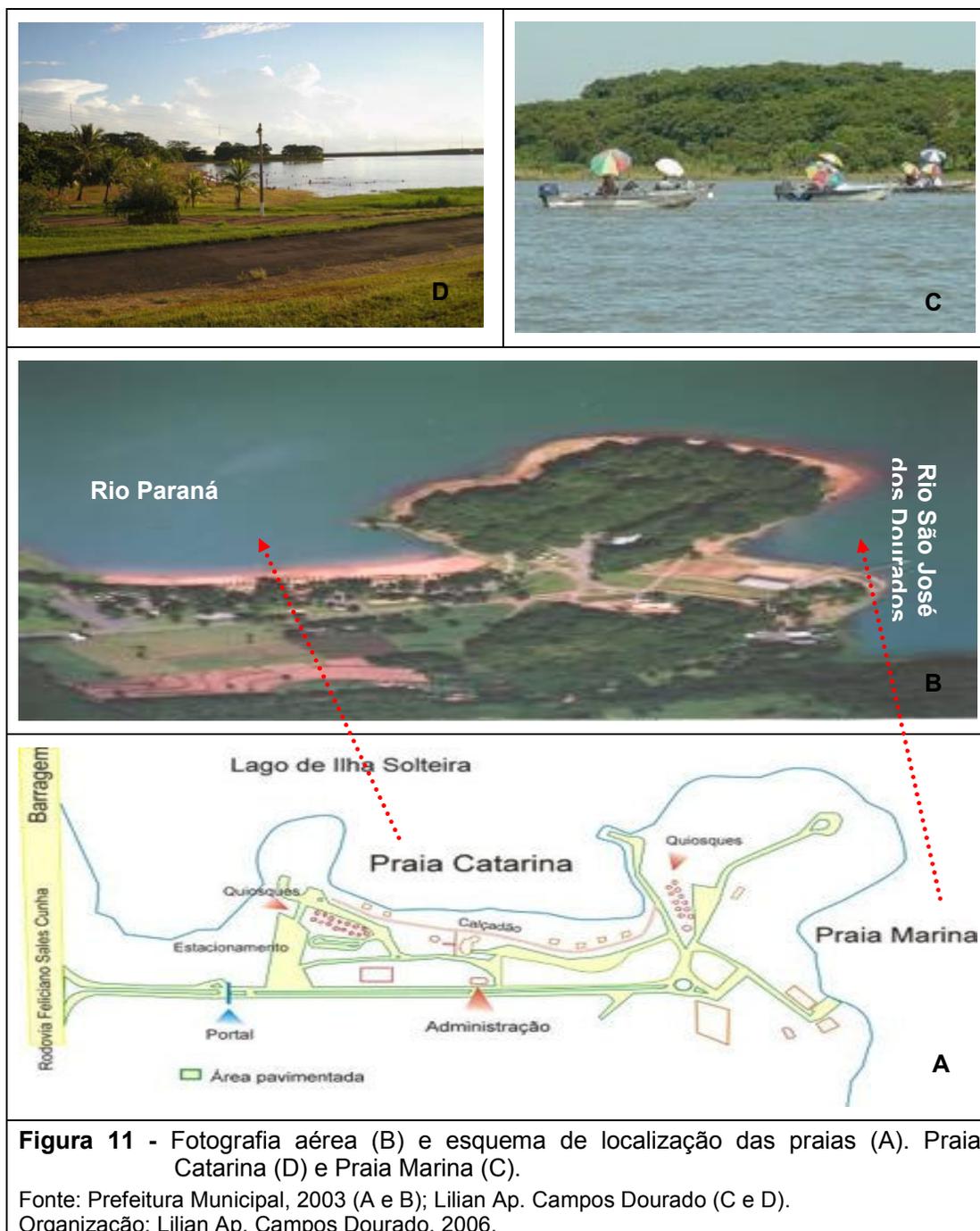
Os principais atrativos turísticos em Ilha Solteira são as praias Marina e Catarina. Trata-se de equipamentos de lazer que já existiam no município e foram aproveitados para o turismo. Após a época áurea dos clubes em Ilha Solteira a população passou a freqüentar as praias. Nessa época Ilha Solteira vivenciava o auge do tão propalado contato com a natureza, a busca por lugares onde se tem árvores, ar puro e água.

O consumo do espaço desses equipamentos, nessa época, se deu nos moldes do consumo do espaço urbano, ou seja, dividido em níveis. Não existia um controle efetivo, mas uma barreira “invisível” que separava por meio do uso os diferentes atores que freqüentavam as praias.

Dessa forma, a praia Catarina era freqüentada pelo chamado “povão” níveis 1 a 4 com atrações bem populares e a praia Marina era freqüentada pelos moradores dos níveis 5 e 6 que lá podiam praticar esportes aquáticos e até passear em barcos à vela.

Atualmente (2006) a praia artificial “Catarina”, banhada pelo rio Paraná (Figura 11B e D), é uma das áreas mais procuradas pela população local e turistas, possui infra-estrutura de acesso pavimentada, completa rede de água e esgoto, energia elétrica, telefone público, equipamentos de lazer com área gramada, lanchonetes, quiosques com churrasqueiras, energia elétrica, playground, atracadouro para barcos, quadras poli-esportivas, estacionamentos para ônibus e carros, sanitários e duchas, áreas para pescaria e destinada a camping, calçadão ao longo de toda a praia. Já a praia “Marina”, banhada pelo rio São José dos Dourados

é utilizada para prática de esportes náuticos, possui acesso pavimentado, iluminação, campos de futebol de campo e areia e hangar para equipamentos náuticos (DOURADO, 2005).



Ressalta-se que os investimentos em infra-estrutura realizados na praia Catarina após a emancipação política do município, como mencionado nesse estudo, se deram porque já havia a intenção de tornar Ilha Solteira uma Estância Turística.

Dessa forma, os investimentos a partir de então foram direcionados para a praia Catarina que hoje tem infra-estrutura e é a mais freqüentada das praias, tanto por moradores locais, independente do nível social, quanto pelos turistas. E a praia Marina devido à falta de estrutura é pouco freqüentada.

O título de Capital da Cultura, outorgado em 2001, partiu de um programa do governo municipal, por meio do Decreto nº 2241, pautado no destaque do município no panorama cultural, como a única cidade do Estado de São Paulo com menos de 80 mil habitantes, a participar de todas as modalidades estabelecidas no “Mapa Cultural Paulista”, da Secretaria de Cultura do Estado, tais como: artes plásticas, canto, coral, composição musical, conto, poesia, dança, desenho de humor, fotografia, teatro e vídeo.

O referido Decreto considerou ainda, o impacto cultural exercido sobre Ilha Solteira desde sua fundação, com a construção da Usina Hidrelétrica que mobilizou e articulou milhares de trabalhadores trazendo para cidade, diversidade de conhecimentos, aliada ao reforço cultural representado pela instalação do Campus da UNESP na cidade.

4.3 Aspectos urbanos

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serraduras, entalhes, esfoladuras (Ítalo Calvino – *Cidades Invisíveis*, 1990).

Nos dias atuais (2006), a cidade é formada pelas residências construídas no seu início, além de outros 4 bairros novos (Santa Catarina, Morumbi, Jardim Aeroporto e Jardim Novo Horizonte), e por 3 conjuntos de casas populares. Apesar de “ostentar” o título de Estância Turística e Capital da Cultura, apresenta problemas decorrentes do planejamento inicial, pois na cidade, como já se expôs, existem muitas residências geminadas concentradas principalmente na zona norte e conseqüentemente uma grande aglomeração de pessoas naquela local.

Destaca-se ainda que a densidade populacional média das cidades brasileiras é de 50 habitantes por hectare, ao passo que em Ilha Solteira a densidade média é de 120 habitantes por hectare. Deve-se ressaltar também, que tal densidade varia de 80 habitantes por hectare nos setores inicialmente destinados às moradias das pessoas cuja mão-de-obra era qualificada e até 300 habitantes por hectare nos setores onde residiam aqueles cuja mão-de-obra não era qualificada (CHÁVEZ, 1988 apud HESPANHOL, 1993, p. 35).

O elevado número de pessoas (nível 1 a 4) concentrados por metro quadrado na zona norte da cidade fez com o poder público local utilizasse as poucas áreas ainda livres, que serviam de área verde ou de lazer para essa parcela da população, para transformá-las em construções públicas e comerciais.

Nesse contexto Santos (1987, p.81) assevera que:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentemente de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território em que ele está.

Outro problema decorrente do planejamento é a divisão social existente, definida pelo espaço urbano construído no planejamento inicial. Essa divisão feita pela CESP permanece nos dias atuais por conta do poder aquisitivo, haja vista que assim que o morador atinge uma condição econômica melhor, na maioria das vezes, procura um lugar onde há mais espaço e conforto para viver.

Com o passar dos tempos e a vivência nas cidades é possível identificar os seus diferentes territórios pelas características que lhes são peculiares, exemplo quando se fala em Rio de Janeiro lembra-se logo da Zona Sul ou Baixada Fluminense; Brasília nos vem à mente o plano piloto e as mansões do lago Paranoá ou as cidades satélites. É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação de classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos chamam de segregação espacial (ROLNIK, 2004).

Assim como exemplifica Rolnik, tem-se em Ilha Solteira, apesar do planejamento, ou melhor, em decorrência dele, o espaço urbano estratificado social e espacialmente, com uma clara divisão entre a porção norte e a porção sul da construção inicial devido à concentração da população e o tipo de casas construídas (Ver figuras 12 e 13).

Vale salientar que Corrêa (1993) define segregação como expressão espacial das classes sociais, que resulta do diferencial de poder aquisitivo da população, fator que determina características diferentes quanto ao tipo e localização das residências.

Lefebvre (1991, p. 94) por sua vez ressalta que: “A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob pretexto de arrumação e de plano)”.

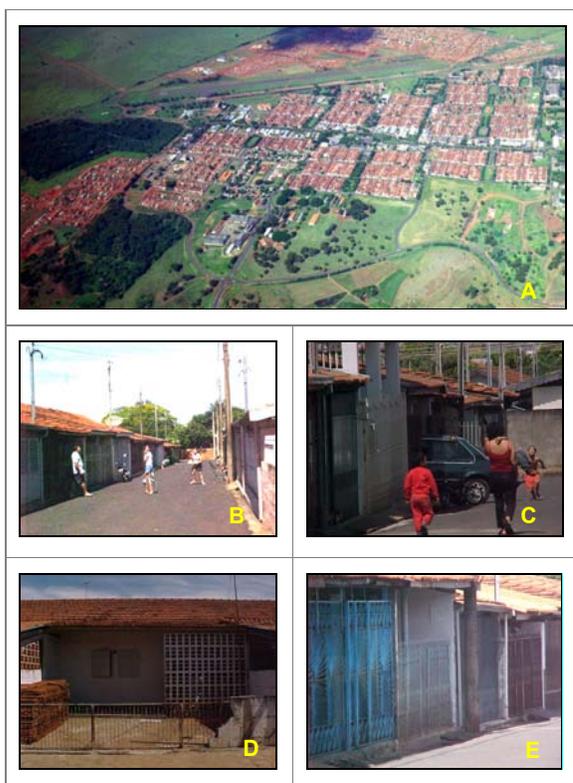


Figura 12 – Caracterização da Zona Norte
A Imagem aérea; B–E Vieiras no detalhe
Fonte: Fotografia aérea, Câmara Municipal
Fotografias, Lilian Ap. C. Dourado



Figura 13 – Caracterização da Zona Sul
F Imagem aérea; G–J Vieiras no detalhe
Fonte: Fotografia aérea, Câmara Municipal
Fotografias, Lilian Ap. C. Dourado

Contudo, em Ilha Solteira, existem ainda novas divisões estabelecidas a partir da construção de novos bairros e sua espacialização no zoneamento urbano.

No contexto geral, Ilha Solteira é caracterizada pela presença de casas dispostas horizontalmente de maneira repetitiva e simétrica (uma ligada à outra), com maior concentração na Zona Norte, formando quarteirões (com 120 casas) conhecidos como passeios, onde as residências são dispostas em fileiras (de 12 casas), uma em frente à outra e separadas por ruas sem calçadas às quais são chamadas localmente de vielas, que tornam o ambiente homogêneo e monótono (Figura 14).



Figura 14 - Casas geminadas: A) Foto aérea e B) No detalhe: uma viela
 Fonte: Foto Color Benilson, 2002 (A). Fonte: Lilian Aparecida Campos Dourado, 2004 (B).

Nesta parte da cidade há poucas áreas livres e praças, as crianças não têm onde brincar, então se utiliza das vielas como área de lazer, o que traz problemas para os moradores que se sentem incomodados com o excesso de barulho devido à proximidade das residências.

A respeito da rua como possibilidade de lazer, Brunhs (1997, p. 116) salienta que: “A rua, como equipamento não-específico, é conhecida de todos como um lugar que, seguramente, nos serviu de quadra esportiva, de salão de festa, de casa de tarzan e de outros ambientes imaginários”.

A autora esclarece ainda que o “não-específico” significa um ambiente que foi planejado e construído para uma determinada finalidade específica, que não o lazer, mas que pode ter a sua apropriação ampliada para outras atividades.

Os moradores modificaram a uniformidade visual do projeto original, introduzindo uma série de transformações, que vão desde as esquadrias à volumetria, muitas vezes de maneira inadequada agravando ainda mais os problemas do tipo de moradia. Essas intervenções refletem o desejo dos proprietários de personalizar sua habitação, extraíndo-a da uniformidade e monotonia do conjunto e ocorrem desde que a CESP iniciou a venda das casas para os particulares.

A necessidade de intervir, fazendo-se presente, identificando-se progressivamente com o espaço ocupado, transformando-o com sua criatividade e inventividade, é inerente ao homem. Santos (1987, p. 52) assevera que:

A individualidade, um bem comum a toda a humanidade, mas tantas vezes deixada em surdina no indivíduo, não é um bem que pereça. Apenas adormece. Entra em colapso, desfalece ou se eclipsa, quando a sensibilidade é mutilada. Por isso sua ressurreição posterior não é um milagre. Está no próprio plano do acontecer humano, não como cotidiano da conduta, onde o êxito é a norma, mas como a sua inversão quando o essencial é a busca de valores.

Dourado; Santos; Hernandez (2002) realizaram pesquisa sobre a qualidade de vida nas residências geminadas em Ilha Solteira e apontaram em linhas gerais, diversos aspectos conflituosos e antagônicos.

Os moradores das casas geminadas estão insatisfeitos com suas moradias, isto se deve principalmente à qualidade de vida inferior que essas residências proporcionam. Os principais problemas citados pelos moradores, as justificativas apontadas e o registro fotográfico, estão detalhados no Quadro 6.

Quadro 6 – Problemas vivenciados pelos moradores das casas geminadas

Aspectos negativos	Justificativa	Registro fotográfico
Desconforto térmico	As condições ambientais locais, temperatura média anual média de 24° C, e ainda, a ausência de quantidade de vegetação arbórea* .	
Ventilação e iluminação inadequadas	Os materiais utilizados na construção absorvem radiação solar. A ventilação fica comprometida devido à inexistência de espaço entre as casas* .	
Precariedade no escoamento de água pluvial	Falta de higiene, as águas pluviais são captadas em série a céu aberto, em canais dispostos paralelamente ao muro* de divisa da propriedade. Inundação desses canais em época de chuvas.	
Falta de espaço para ampliação	A disposição espacial das casas geminadas* faz com que seja limitada, ou mesmo inviável, a ampliação e reforma devido principalmente aos fatores: ventilação e iluminação.	
Falta de privacidade	Essa situação é originada fundamentalmente pelo padrão arquitetônico das casas, proximidade* e falta de isolamento acústico.	

Fonte: Dourado; Santos; Hernandez (2002).

*Fatores representados nas respectivas fotos

Fotografias de Lilian Ap. Campos Dourado, 2002 - 2006.

Destaca-se ainda, que em resposta a respeito dos benefícios de se morar em uma casa geminada, 56,6% disseram que não existe nenhum benefício em se morar nesse tipo de residência. Entretanto, outros 31,8 % disseram que a segurança nessas casas é um fator positivo, pelo fato da entrada de ladrões e invasores ser dificultada pela disposição das casas. Outro fator positivo apontado por 11,6 % dos moradores foi o companheirismo entre os vizinhos que segundo eles, é estimulado

pela proximidade das residências. Esta proximidade é também motivo de discórdia entre os vizinhos que reclamam do barulho advindo das outras casas. Tuan (2005, p. 237) ressalta que:

O ruído é o caos auditivo, e a maioria das pessoas é mais capaz de tolerar a desordem visual do que a auditiva, porque o som tende a afetar emoções mais básicas do que a visão. Com o tempo a pessoa aprende a tolerar o ruído, que deixa de assustá-la. Porém, o ruído continua a criar tensão e ansiedade – passando a nos lembrar o caos. [...] Diante de outros perigos que o pobre tem de enfrentar, o ruído passa a ser um mal menor.

A Zona Norte concentra também residências não geminadas, como Conjuntos Habitacionais (COHAB e CDHU), e bairros novos (Jardim Aeroporto, Jardim Novo Horizonte) provenientes de loteamentos da prefeitura para realocar os moradores que ocupavam as casas geminadas de madeira da construção inicial da cidade, que foram demolidas.

Na Zona Sul da cidade, precisamente no lado direito da Avenida Brasil, estão localizadas na sua totalidade, as casas separadas da construção inicial. Essas casas, devido à sua diferenciação em estrutura, área construída e conforto abrigam pessoas de camadas sociais diferentes quanto ao poder aquisitivo, o que promove na cidade uma divisão dos moradores por classe social.

Os moradores de casas separadas não enfrentam os mesmos problemas que os moradores das casas geminadas. Essas casas estão dispostas em quantidade menor em uma área maior, justamente o contrário do que ocorre com as casas geminadas, além de possuírem maior quantidade de áreas verdes localizadas estrategicamente, o que proporciona uma vivência mais agradável para os moradores, uma vez que a vegetação, espaço e a iluminação solar são elementos indispensáveis para o bem estar do ser humano.

Segundo Le Corbusier (1993), o indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e decadência, há uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade.

Pode-se verificar claramente por meio da Figura 13, que existem calçadas separando os portões das ruas propriamente ditas, permitindo aos moradores o privilégio de poderem arborizar as frentes de suas residências, tornando assim, o ambiente mais bonito e agradável.

O planejamento inicial favoreceu aos moradores das residências níveis 5 e 6 com espaço de lazer amplo composto por áreas verdes e praça, bem como espaço lateral entre uma residência e outra; permitindo então, aos moradores das casas separadas o acesso fácil a essas áreas, onde podem desfrutar de horas de lazer e contato com a natureza no seu cotidiano, uma vez que esses equipamentos estão inseridos harmonicamente no conjunto.

De acordo com Vieira (2005, p. 15):

Enquanto as classes mais favorecidas dominam ou se apropriam do espaço, as camadas sociais menos favorecidas são reféns do mesmo, ou seja, verifica-se um acesso ao espaço urbano diferenciado e desigual, determinado pela condição sócio-econômica e não por escolha própria – no caso das classes desfavorecidas – proporcionando, assim, a manutenção e ampliação do processo de segregação sócio-espacial nas cidades capitalistas.

Para Santos (1989, p. 185 apud VIEIRA, 2005) “Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre os níveis de vida e entre os setores de atividade econômica, isto é, entre as classes sociais”.

Ao analisar Ilha Solteira sobre esse prisma pode-se afirmar categoricamente que de fato existem duas cidades em uma. Trata-se de uma divisão muitas vezes

feita por delimitações invisíveis, que só podem ser compreendidas a partir da análise acurada do espaço, do tempo e das relações sociais estabelecidas nesse espaço.

A territorialidade manifestada pelos moradores nos dias atuais segue os moldes impostos pela CESP na construção segregatória da cidade, ou seja, no passado os limites territoriais eram definidos e vigiados pela empresa. Não era permitido a circulação de pessoas, de mão de obra não qualificada, nas proximidades das residências ocupadas por pessoas de mão de obra qualificada, salvo em caso de necessidade dos primeiros executarem algum serviço.

Com a emancipação política do município os limites e regras impostas pela CESP deixaram de existir, no entanto algumas destas barreiras invisíveis permaneceram, uma vez que a territorialidade manifestada nas áreas residenciais da construção inicial na Zona Norte é diferente na Zona Sul.

A Zona Norte é um misto de comércio com áreas residenciais mesmo fora do eixo da Avenida Brasil, onde se concentra uma grande densidade populacional de classe média baixa. Ao passo que na Zona Sul a área comercial concentra-se basicamente no eixo da Avenida Brasil, com áreas exclusivamente residenciais, abrigando a classe média alta, baixa densidade populacional e com mínima circulação de pessoas.

Muitos dos equipamentos de lazer localizados na área residencial da Zona Sul não são consumidos pelos moradores de outros bairros porque estes não se configuram em territórios de “livre acesso” aos demais moradores da cidade.

No entanto é preciso ressaltar que não existem duas Ilhas Solteiras que se contrapõem. Existe uma cidade que se transforma ao ritmo das relações que nela ocorrem desde que saiu da mesa de desenho de seus primeiros autores (CHÁVEZ, 1988).

5 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DO LAZER EM ILHA SOLTEIRA

5.1 O espaço público e as práticas de lazer em Ilha Solteira

Na concepção de García (apud HAESBAERT, 2006, p. 70): “O território semantizado significa um território socializado e culturalizado, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado”. A compreensão que se tem é que o pertencimento ao território envolve a representação da identidade cultural, tem um valor e requer o estabelecimento de uma relação com seu espaço de vida.

O autor sugere que a construção do território deve ser “de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (Id., p. 76).

Via de regra, cada vez mais as questões ligadas ao controle, ordenamento e gestão dos espaços têm sido de forma centralizadora, sem a participação dos indivíduos que os habitam.

Os critérios adotados para apropriação e vivência dos territórios de lazer em Ilha Solteira foram estabelecidos pela CESP, quando esta zoneou a cidade em Zona

Norte e Zona Sul e determinou qual o tipo de pessoas e a que classe social pertenciam os seus respectivos moradores.

Essa decisão imposta pelo ente planejador e gestor dos espaços de moradia tem implicações ainda hoje: “quanto às identidades territoriais e os sentimentos de lugar, com base, sobretudo, da valorização dos espaços vividos pela população”, como explica Souza (2004, p. 103).

Isso significa dizer que: “O estudo da territorialidade se converte em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço cultural” (HAESBAERT, 2006, p. 70).

Em pesquisa por meio da planta urbana do município, impressa e digital e saídas à campo constatou-se que o espaço público que compreende o território das práticas de lazer em Ilha Solteira é composto por 89 equipamentos de lazer categorizados nesta pesquisa como: praças, quadras, campos de futebol, áreas verdes e equipamentos com acesso controlado (Bibliotecas, Jardim Zoológico e Brinquedoteca). Esses equipamentos estão distribuídos nos 9 setores da pesquisa conforme a Tabela 1 e a figura 15 a seguir:

Tabela 1 – Categorias do espaço público de lazer em Ilha Solteira

SETOR	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER					DADOS GERAIS		
	Praça	Campo de futebol	Área Verde	Quadra poli esportiva	EPL com acesso controlado	Área do Setor (m ²)	Área (m ²) de EPL* por setor	Número Habitantes por Setor
1	0	1	3	1	0	274.639	5.726	1.903
2	8	2	1	0	1	874.977	30.046	3.632
3	4	1	6	1	0	1.232.544	20.155	5.297
4	3	3	5	0	0	637.735	36.803	3.286
5	1	0	20	0	0	863.784	157.254	2.274
6	0	1	3	1	2	440.899	198.418	562
7	2	3	0	1	2	1.041.374	9.449	4.192
8	2	1	4	0	0	207.496	20.002	981
9	2	1	3	0	0	270.698	13.068	1.091
TOTAL	22	13	45	4	5	5.844.146	490.921	23.218

Fonte: Trabalho de campo, realizado em 2006. Org. por Lilian Ap. C. Dourado

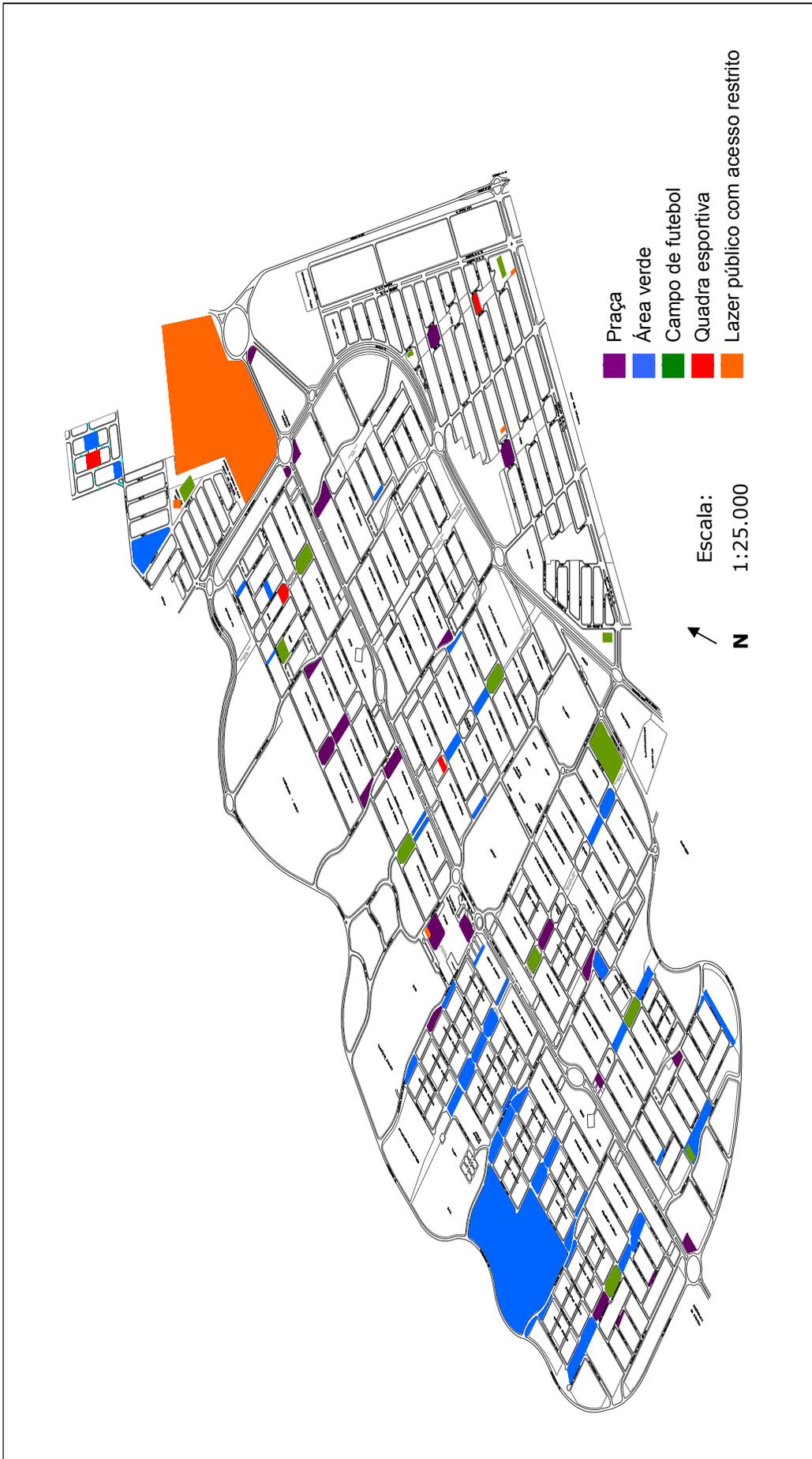


Figura 15 – Mapa do espaço público de lazer em Ilha Solteira – SP: espacialização dos equipamentos
 Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

Adotou-se nessa pesquisa a definição de espaço público lazer de Macedo (1997, p.2), com adaptações para a realidade pesquisada: “Todo e qualquer espaço destinado prioritariamente ao lazer público e gratuito, seja ele de uso ativo, passivo ou misto”.

Pode-se observar durante a pesquisa que os moradores têm uma relação diferenciada com o espaço público de lazer, representada por duas atitudes bem diferentes: ou se apropria do espaço público e o qualifica como território, ou o trata com indiferença e se isenta de qualquer cuidado com aquele espaço.

O que corrobora com Barretto (1999, p.39) em sua pesquisa intitulada “Espaço público: usos e abusos”:

É observável que os usuários têm uma relação dicotômica com o espaço público, representada por duas atitudes bem diversas: ou bem o usuário se apropria do espaço público (atitude que chamaremos de privatização do espaço de uso coletivo), ou bem faz uso equivocado desse espaço, sujando-o e até depredando-o (atitude que chamaremos de mau-trato do espaço de uso coletivo). Ambas as atitudes estarão designadas genericamente como transgressão.

E importante salientar que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite é preciso delimitar. Nesse contexto, falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (RAFFESTIN, 1993).

Nesse caso, assim como para Haesbaert (2006), existe o território dos moradores, onde eles conhecem os códigos territoriais e as relações de poder que

determinam os seus limites para a prática do lazer, ou seja, em linhas gerais a territorialidade dos moradores da Zona Norte diferencia-se da territorialidade daqueles que residem na Zona Sul.

Como já descrito na metodologia a pesquisa se realizou com base na divisão da planta urbana em 9 setores, divisão esta também utilizada para análise e discussão dos dados obtidos.

Devido à constatação das diferentes territorialidades entre Zona Norte e Zona Sul optou-se, por agrupar os setores por zona (Quadro 7), a fim de permitir maior clareza na análise dos dados. Dessa forma a análise que se segue está estruturada da seguinte maneira: Zona Norte composta pelos setores 1; 2; 3, 6 e 7 e Zona Sul composta pelos setores 4, 5, 8 e 9.

Quadro 7 – Estruturação do núcleo urbano de Ilha Solteira		
	Setor	Especificação*
ZONA NORTE	1	Conjuntos Habitacionais
	2	Casas Geminadas
	3	Casas Geminadas
	6	Jardim Novo Horizonte e CDHU
	7	Jardim Aeroporto
ZONA SUL	4	Casas Geminadas e não Geminadas
	5	Casas não Geminadas
	8	Jardim Morumbi
	9	Jardim Santa Catarina

* Para especificação considerou-se os aspectos gerais observados em cada setor.

5.1.1 O espaço público de lazer na Zona Norte em Ilha Solteira

5.1.1.1 Os conjuntos habitacionais no setor 1

O setor 1 localiza-se na Zona Norte da cidade (Figura 17), é formado por conjuntos habitacionais (COHAB) construídos após a emancipação de Ilha Solteira. Em entrevistas realizadas no local constatou-se que 25% dos entrevistados concluíram ensino fundamental e 35% nem chegaram a concluir esta etapa, que a renda de 60% dos entrevistados não ultrapassa dois salários mínimos. De acordo com a planta urbana e pesquisa de campo verificou-se que neste setor da cidade o espaço público de lazer está dividido da seguinte forma (Tabela 2 e Figura 18):

Tabela 2 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 1

ESPECIFICAÇÃO			ESTRUTURA FÍSICA			
Nº	Equipamentos	Localização	Área (m ²)	Árvores	Postes de iluminação	Outros componentes
1B	Área verde	Rua Balsas	295	0	4	Não há
1C	Área verde	Rua Humaitá	670	0	0	Não há
1D	Área verde	Rua Manicoré	1.060	10	0	Não há
1A	Campo de futebol	Rua Tutóia	2.039	1	2	2 traves, 2 vestiários, 1 cantina, 2 banheiros, 4 mastros,
1E	Quadra/esportes	Rua Buriti	1.662	10	2	Parte coberta, 1palco alambrado, arquibancada 2 traves
TOTAL			5.726	21	8	

Fonte: Trabalho de campo, realizado em 2006. Org. por Lilian Ap. C. Dourado

O setor 1 da pesquisa possui uma área total de 274.639m² para uma população de 1.903 moradores (IBGE 2000) que conta com uma área de 5.726 m²

para a prática de lazer. Verificou-se que os equipamentos públicos de lazer destinados a esses moradores se resumem efetivamente a um campo de futebol e uma quadra poliesportiva, totalizando 3.701m². O campo de futebol existente nessa área da pesquisa é o que conta com melhor infra-estrutura, foi construído por moradores da Cohab por mutirão e segundo relato de um morador que acompanhou a construção do campo, o espaço foi utilizado assim que a obra ficou pronta, e com o decorrer do tempo as pessoas pararam de freqüentar o local e que agora se encontra abandonado. Esse espaço está sob a responsabilidade da associação de bairro a qual ele pertence. Já a quadra poliesportiva em estado de abandono, segundo relatos de moradores próximos do local, se transforma na ocasião da realização da festa da Primavera quando recebe melhorias, porém no restante do ano fica relegada às intempéries.

Constam ainda da planta urbana três áreas verdes: uma é gramada com arbustos; iluminação e um caminho com piso de cimento, utilizado por moradores como passagem de ligação entre as ruas Balsas e Carolina (Figura 16).



Figura 16 – Área verde nas ruas Balsas e Carolina

Fonte: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

Convém destacar que, se essa área verde tivesse alguns bancos ela poderia se tornar uma praça, mais utilizada, por se localizar em um setor onde não há esse tipo de espaço, do que algumas praças da cidade.

As outras duas áreas verdes só foram catalogadas porque na planta urbana fornecida pela prefeitura estão descritas como sistemas de lazer, mas em visita ao local constatou-se que se trata de dois terrenos vagos, com aspecto de local abandonado.

Pode-se constatar que os moradores não têm conhecimento que esses terrenos ociosos são destinados no zoneamento urbano para o lazer. Nos relatos dos moradores desse setor, teve destaque a falta de espaços para prática de lazer, nas proximidades das residências. O que ocorre de fato é que os moradores não se dão conta que os espaços existem, o que não existe é o investimento em infraestrutura necessário para tornar essas áreas ociosas em equipamentos adequados à prática de lazer.

Essa condição não oportuniza aos moradores exercitar as práticas do lazer, portanto não se vislumbra o território do lazer e, por conseguinte, não ocorre a territorialidade.

O desconhecimento por parte dos moradores de que no bairro existem espaços ociosos, que estão destinados no zoneamento urbano para a construção de algum equipamento de lazer, possivelmente, explique porque não ocorre aí a apropriação de tais áreas para o lazer no cotidiano vivenciado pelos moradores do bairro.

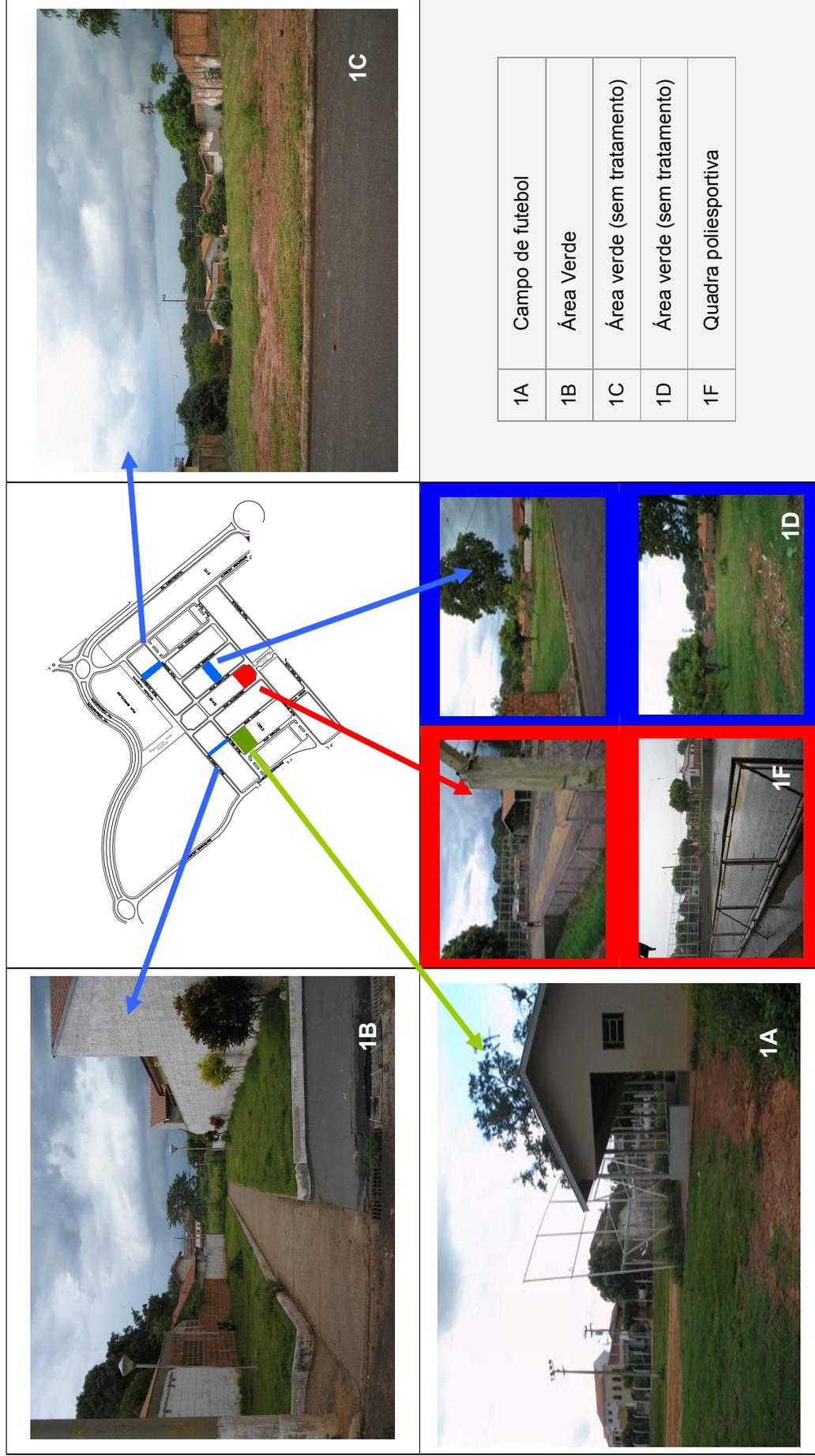


Figura 18 – Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 1

Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

5.1.1.2 As casas geminadas no Setor 2

Este setor da pesquisa também localizado na Zona Norte da cidade (ver Figura 19) é constituído por residências do padrão inicial da construção da cidade, casas do tipo geminada níveis 3 e 4, que por sua vez concentravam moradores que ocupavam cargos de nível intermediário na CESP (encarregados, fiscais, laboratoristas, entre outros), representando uma classe média de acordo com a divisão sócio-profissional da empresa.

O nível de ocupação desse setor permanece nos dias de hoje fato constatado na pesquisa por meio da renda salarial dos moradores que corresponde a 71% dos entrevistados nesse setor e do nível de escolaridade, pois 40% estudaram até o ensino médio e 26% estudaram até o ensino superior.

A área total do setor 2 é de 874.977m² para uma população de 3.632 moradores (IBGE 2000), verificou-se que estão disponíveis para esse moradores 12 equipamentos públicos de lazer sendo 8 praças, dois campos de futebol, uma biblioteca e uma área verde totalizando uma área de 30.046m² (Ver tabela 3 e Figuras 20 A e B).

Pode-se constatar que áreas que outrora entre os passeios eram campos de futebol foram transformadas em praças, exceto as duas praças do centro (Paiaguás e Integração).

A maioria das praças do município foi inserida no espaço urbano, sem um planejamento prévio, pois tiveram sua origem a partir do aproveitamento de áreas verdes, utilizadas como “campinhos de futebol” pelas crianças das redondezas, através de solicitação dos munícipes, na intenção de obter maior infra-estrutura para

estes equipamentos, ou ainda, por parte do poder público para fazer parte do paisagismo da cidade (DOURADO, 2004).

Nessa perspectiva, Haesbaert (2004, p. 263), expõe que: “Eu posso delimitar meu território simplesmente através da delimitação do território do outro [...] é uma territorialização como processo social de controle do espaço”.

Tabela 3 – Equipamentos no espaço público de lazer do setor 2

ESPECIFICAÇÃO			ESTRUTURA FÍSICA			
Nº	Equipamentos	Localização	Área (m ²)	Árvores	Postes de iluminação	Outros componentes
2H	Área verde	P. Goiânia e Teresina	1.258	18	5	Muretas para assento
2K	Biblioteca Municipal	Praça da Integração	377	0	0	Banheiros T.V vídeo telefone
2A	Campo de futebol	P. Manaus e São Luiz	3.490	39	0	Não há
2G	Campo de futebol	P. Barras e Cristalina	3.435	36	0	Não há
2I	Praça da Integração	Rua Brasília e Al. Goiás	5.261	82	16	32 bancos estacionamento placa
2B	Praça João S. de Souza	Al. Maranhão e P. Colinas	1.851	24	7	10 bancos placa
2C	Praça José C. Ribeiro	P. Colinas e Batalha	2.956	84	15	2 bancos , 2 lixeira placa
2E	Praça Lucas L. de Castro	Al. Piauí e P. Batalha	1.819	30	6	24 bancos
2F	Praça Manoel C. Barbosa	Al. Piauí e Av. Brasil Norte	3.255	37	17	24 bancos, estacionamento e placa
2J	Praça dos Paiaguás	Avenida Brasil Centro	2.509	17	26	24 bancos 2 banheiros 3 tel. públicos
2D	Praça Rosana S. Giovanelli	P. Monção e Correntes	3.306	90	15	3 bancos placa
2L	Praça do Rotary	Av. Brasil e Al. Amazonas	529	4	1	Placas e monumentos
TOTAL			30,046	461	108	

Fonte: Trabalho de campo, realizado em 2006. Org. por Lilian Ap. C. Dourado



Figura 19 – Mapa da localização dos equipamentos no espaço público de lazer do setor 2
 Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

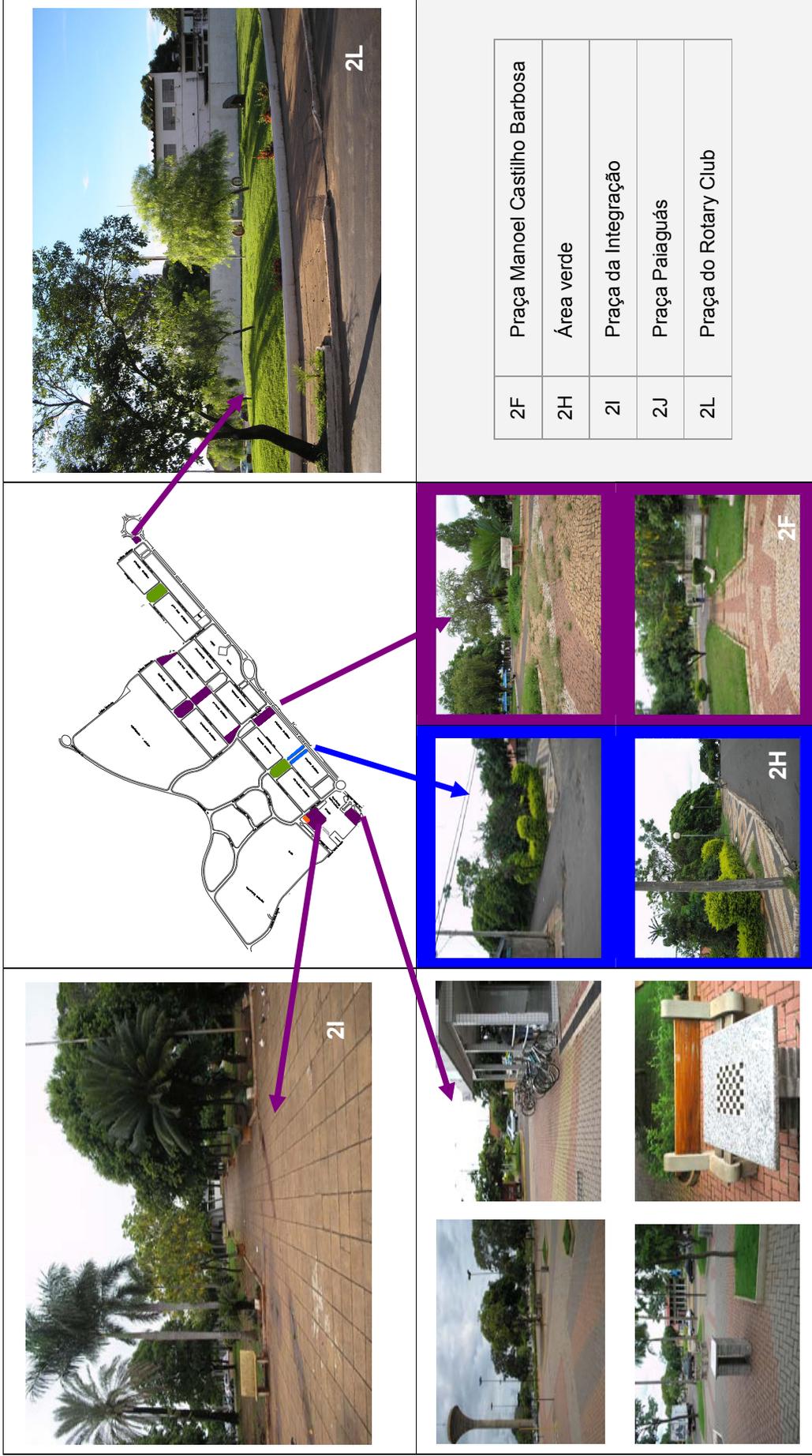


Figura 20A – Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 2

Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

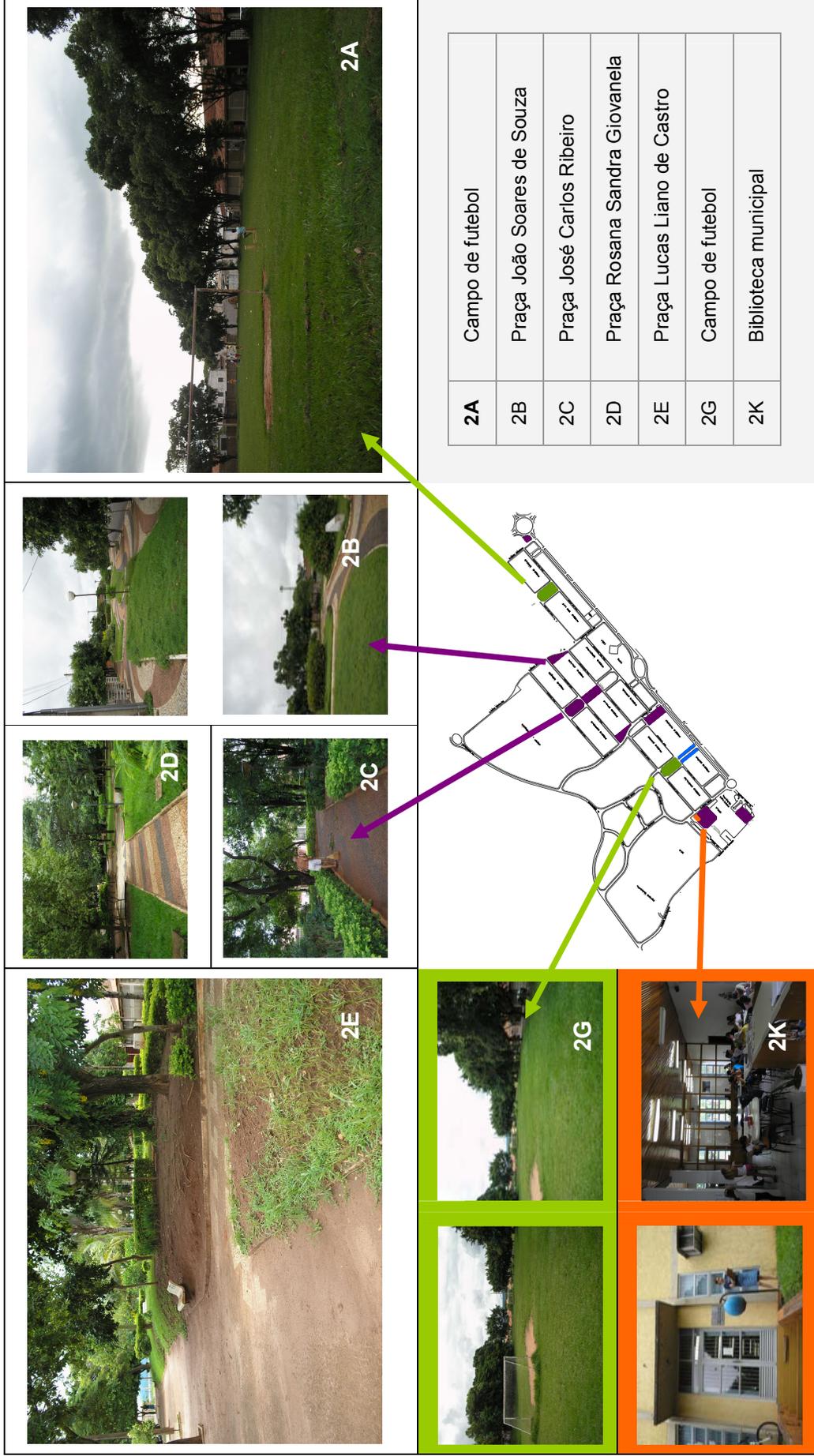


Figura 20B – Localização e fotografias dos equipamentos públicos de lazer do setor 2

Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

No núcleo central localiza-se a mais famosa e a mais freqüentada de todas as praças, trata-se da Praça dos Paiaguás localizada entre a Alameda Mato Grosso, Avenida Brasil e estacionamento da Prefeitura Municipal. O local onde anteriormente era a estação rodoviária tornou-se praça com coreto, bem arborizada e hoje com sua "revitalização" foi colocado um piso novo, árvores foram removidas, os bancos são soltos e a população movimentou-os de acordo com sua vontade, foram colocadas mesas de mármore com tabuleiros de dama (Figura 21A) para atender aos aposentados que ali jogavam. Porém devido à falta de sombreamento e cobertura os tabuleiros não têm sido utilizados, pois os aposentados se mudaram para a Praça da Integração, que é adjacente à Praça dos Paiaguás e esses equipamentos já foram depredados (Figura 21B).

As mudanças promovidas por conta da revitalização modificaram também as identidades territoriais da população com a Praça dos Paiaguás, um exemplo disso é o abandono dos tabuleiros instalados para jogos e a retirada das árvores, fatores que fizeram com que os aposentados que antes ali manifestavam sua territorialidade migrassem para a Praça da Integração, que para eles passou a ser mais propícia para esse tipo de lazer.



Figura 21 – Tabuleiro para jogos (A). Tabuleiro depredado (B)

Fonte: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

Dourado (2004, p. 97-98) em pesquisa realizada a respeito das praças de Ilha Solteira registrou a insatisfação da população com a obra de “revitalização” realizada na Praça dos Paiaguás. Entre outros relatos, destacou a crítica à retirada das árvores e exposição dos freqüentadores ao sol.

A respeito da revitalização Carlos (2004, p. 112-113) salienta que:

A revitalização é, antes, um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca. [...] O processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana tem sua fundamentação numa racionalidade que se impõe enquanto “processo autofágico”, onde a demolição dos lugares familiares, para a produção de novas formas urbanas, se realiza aprofundando a segregação, pois expulsam a “população inadequada”, e destroem as referências como elementos definidores da identidade cidadão/cidade que sustenta a memória, pois impõe um novo tempo para a morfologia urbana, agora definida pela necessidade de produção do “novo espaço” dos serviços.

A Praça dos Paiaguás possui uma fonte que pouco funciona, os banheiros da antiga rodoviária servem à população das duas praças, porém encontram-se em péssimo estado de conservação. Ao redor da praça funcionam a Casa da Cultura, um Cinema, a Prefeitura Municipal, a UNESP, além de bancos e comércio em geral.

Segundo Robba & Macedo (2003, p.47) em estudo do ocorrido com a praça Ari Coelho, em Campo Grande (MS), inteiramente remodelada em 1996, levantaram o seguinte questionamento: “é o caso de se perguntar se, antes das reformas, seus desenhos eram inadequados ou obsoletos e se o novo projeto contempla, de fato, os usuários. Questões como essas são fundamentais quando da aplicação dos recursos municipais em reformas para otimizar a – em geral – escassa verba disponível.

A Praça da Integração, localizada entre a Rua Brasília, Alameda Goiás e ao lado da Igreja Matriz, possui caminhos revestidos por piso de cimento, árvores de grande porte, devido o sombreamento não há áreas gramadas. O local que antes

era o ponto das comemorações de natureza cívica, pois quando foi idealizada em 1972 a praça da integração contava com mastros para hasteamento das bandeiras de todos os estados da federação hoje, está relegada ao abandono, sujeira e a falta de atrativos. Não houve qualificação territorial pelos moradores, logo a territorialidade não acontece.

Sobre do declínio do espaço praça, destaca-se os escritos de Carvalho (2004, p.12) em seu trabalho sob a temática “Praças e jardins das cidades médias paulistas”:

Devemos entender a praça como espaço público por excelência, o lugar onde o individual torna-se coletivo, o privado torna-se público e o público forma a opinião pública. Mais que lugar de lazer, a praça é o lugar da cidadania. O declínio da praça é o declínio da esfera pública, da política do cidadão.

A Praça e os freqüentadores do local aguardam a execução de uma revitalização de acordo com projeto e verba já destinada conforme anuncia uma placa instalada no local.

O espaço é utilizado por senhores aposentados que migraram da Praça dos Paiaguás para a prática de jogos e numa marquise estão acorrentadas as mesas e cadeiras de metal (bar) utilizadas por eles (Figuras 22 A e B). Trata-se de um espaço forjado onde a territorialização se deu pelo poder público e conseqüentemente os moradores perderam o controle, logo aconteceu o esvaziamento do espaço, ou seja, sua desterritorialização para o lazer.

É importante ressaltar que as praças Paiaguás e Integração estão localizadas na área nobre da cidade, ou seja, eixo central da Avenida Brasil próximo a Caixa D'água, monumento visitado e fotografado por moradores e turistas principalmente em época de natal quando é enfeitado com lâmpadas coloridas, portanto essa área é muito freqüentada e merece uma atenção especial do poder público. Salienta-se

ainda que as obras devam levar em consideração a opinião dos moradores para evitar a criação ou “revitalização” de equipamentos vazios, ou melhor, que não inspirem sentimento de pertencimento da população local.

O que corrobora com De Angelis (2000, p 312 – 313) “Ao se ouvir os moradores e, de alguma forma atendê-los em suas reivindicações, eles passam a se sentirem co-responsáveis pela manutenção e preservação da área em questão. No entanto, as coisas não acontecem assim. Projeta-se a praça sem se quer saber a que clientela ela irá atender? O resultado é o que todos conhecem: praças desvinculadas da população local, abandono e desinteresse pelo logradouro público”.



Figura 22 – Aposentados: jogos na praça (A); Jogos na Praça da Integração (B)

Fonte: Lilian Ap. Campos Dourado, 2006.

Deve-se ainda considerar que a população de menor poder aquisitivo não faz turismo com frequência, ela depende para viver dignamente da produção e conquista dessas áreas de lazer que expressam a vida e não a sobrevivência estrita nesses lugares: identidade social e não o anonimato (DAMIANI, 2002).

Constatou-se que as praças próximas a grande circulação de pessoas tais como Paiaguás, Integração, Praça do Rotary, Manoel Castilho Barbosa e João